

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E CATORZE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 1 e 2;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2.º semestre de 2013 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Certificação legal das contas do Município – Parecer do Revisor/auditor externo – conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2013;*

===== **Ponto seis:** *Proposta de aplicação do Resultado líquido do Exercício de 2013 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2013 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =*

===== **Ponto oito:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2013 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação;* =====

===== **Ponto nove:** *Contrato Interadministrativo de Apoio de Cooperação Financeira a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, no âmbito da candidatura do Centro Associativo de Nogueira do Cravo - Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** *Atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo – Projeto de modernização administrativo – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Passoio dos Idosos realizados em 2013 – Atribuição de apoio financeiro – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Fornecimento de refeições e fruta aos alunos do 1.º Ciclo e Jardim-de-Infância do concelho – Autorização de assunção de compromissos plurianuais e autorização de repartição de encargos;* =====

===== **Ponto treze:** *Plano Municipal da Cultura – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Proposta de adesão do Município à Energy Cities – Autorização;*

===== **Ponto quinze:** *Deliberação de desafetação de domínio público municipal de 27m2 na Rua da Vidigueira e aceitação da reconfiguração e ampliação de área cedida para domínio público (16,9m2) na Rua do Freixo, ambas na freguesia de Loureiro;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Nomeação de um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Oliveira de Azeméis.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel Alves da Costa Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Filipe Silva Carvalho, José Francisco Brandão Oliveira, António Ilídio Martins Godinho, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Rosa Maria de Castro Rodrigues, Bruno Armando Aragão Henriques, João Pedro Oliveira Ribeiro, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Ana Raquel Simões Teixeira, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido António da Silva Xará; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos da Silva; Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Nuno Ricardo Fernandes Pires; Rosa Maria de Castro Rodrigues que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira e João Pedro Oliveira Ribeiro, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Helena Maria Dinis dos Santos, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição, =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== Meus amigos, muito boa noite. Passados os trinta minutos da hora marcada para o início desta sessão Ordinária, cumprimentar-vos a todos e vamos iniciar então esta sessão Ordinária da Assembleia. E eu dou a palavra em primeiro lugar, no Período de Antes da Ordem do Dia, ao Deputado Filipe Carvalho. =====

===== O Deputado Filipe Carvalho (PSD) prescindiu da palavra. Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público e funcionários. Eu queria falar uma pequenina reflexão sobre o 25 de Abril e a perda progressiva de adesão às comemorações, sejam elas oficiais ou populares. Aconteceu aqui, como aconteceu um pouco por todo o lado: Foi feriado, simplesmente. Se, nem os autarcas políticos ao nível local aderem? Há que repensar. No Correio de Azeméis, por exemplo, nem uma referência. Brincando um bocado, podia dizer-se que: “Não aconteceu nada.” Não se pode falar do 25 de Abril de 74 sem falar de outras datas simbólicas que o precederam ou que o vieram a consolidar para uns ou esvaziar para outros. Antes, o 16 de Março - Levantamento do Quartel das Caldas: Ensaio para uns, fracasso para outros, grande desilusão para todos. Depois, o 11 de Março de 75: avanço de

progresso revolucionário em curso – PREC para uns, deriva aventureirista de esquerda para outros. Depois o 25 de Novembro: Restauração do ideal do 25 de Abril para uns, desvio perigoso à direita para outros. Seja como for, o modelo que resulto destes ajustamentos não pôs em causa os valores fundamentais e as legítimas aspirações do povo: Liberdade; Pão; Saúde; Habitação; Educação; Paz e, particularmente, o fim da Guerra Colonial. Hoje, passados 40 anos, o 25 de Abril parece resumir-se à luta pelo poder, seja para manter, a qualquer preço, seja para o conquistar. Pior, quando os seus agentes se deixam tentar por processos de amiguismo, mentira, fraude ou até mesmo corrupção. Estes procedimentos provocam danos irreparáveis aos ideais de Abril e custos irreversíveis á democracia afastando as pessoas sensatas e rectas de tudo o que seja política. No entanto, também quero realçar um princípio: Os antipolítico ou apolíticos que só criticam instalados de fora não são mais dignos que aqueles de todos os quadrantes desinteressada e generosamente buscam as melhores soluções para as suas terras e para as suas comunidades mesmo quando, às vezes, erram. Também não se pode falar do 25 de Abril, sem ter em vista o grande primeiro, 1 de Maio, em liberdade, que daqui resultou e que amanhã comemoremos. O apelo à humanização, respeito e trabalho digno para todos. A ponderação de um salário mínimo, justo, são avanços enormes para empregadores e empregados. Seria injusto admitir, que estamos piores, em relação há 40 anos, mas que se retrocedeu muito, muito, retrocedeu, com largos prejuízos para todos pequenos empresários, trabalhadores e suas famílias. Bem podemos fazer apelos à harmonia e ambiente familiar mas, onde o desemprego persistir, não há paz que resista. Tenho dito. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada Helena Lestre, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Deputados desta Assembleia, público em geral. Gostaria de salientar, nesta minha intervenção, dois eventos: A 2ª Edição do “É Preciso ter Lata” e o “Mercado à Moda Antiga”. A 2ª Edição do Concurso interescolar - É Preciso Ter Lata - versão Portuguesa do Canstruction Junior Project, um projeto internacional de solidariedade, patenteado pelo American Institute of Architects e que decorreu de 12 a 16 de Abril, foi mais uma vez brilhantemente organizado pelo Agrupamento de Escolas de Fajões. Participaram 17 Agrupamentos de Escolas, 16 do Continente e 1 dos Açores, com esculturas construídas com latas de conservas, conseguindo angaria 50 mil latas de alimentos que foram distribuídas por 52 instituições ou projetos comunitários previamente definidos pelos participantes. Perlo segundo ano consecutivo a marca “Bom Petisco” associou-se ao evento, doando 18 mil latas que foram utilizadas por três artistas convidados - Miguel Neiva, LIKEarchitects e João Nunes que criaram duas esculturas alusivas ao tema da “luta contra fome”. De forma impar no nosso país, tal como foi noticiado pela imprensa Correio de Azeméis, Jornal de Noticias, Noticias de Aveiro, esta iniciativa solidária contra a fome desafiou a

criatividade e a capacidade de mobilização das comunidades educativas com um divertido concurso, entre escolas, envolvendo os alunos numa causa social. O segundo evento, a XVIII edição do “Mercado á Moda Antiga”, que se realizará nos dias 17 e 18 de maio de 2014, irá levar o centro histórico de Oliveira de Azeméis de volta ao final do século XIX e ao início do século XX. Nestes dias, cerca de 1750 figurantes, de 70 associações, vestidos a rigor, vão recriar no centro histórico da cidade o mercado que se realizava há mais de 100 anos na então chamada Praça dos Vales onde se comercializavam os produtos da região. Destaca-se agora uma versão de um Mercado Quinhentista, para assinalar os 500 anos do Foral Figueiredo e Bemposta, que se comemora este ano. Assim como o Mercado das Regiões, uma homenagem aos produtos da região envolvente. E a participação do Projeto Há Festa na Aldeia dedicado ao desenvolvimento do território de diversas aldeias, entre as quais Ul, uma iniciativa promovida pela Associação de Desenvolvimento Rural integrada nas Terras de Santa Maria (ADRITEM). É um evento decorado a rigor que nos leva de volta às vestes, trajes antigos, aos utensílios, práticas de outros tempos. São cerca de 15 ofícios aqueles que estarão representados, entre os quais: o tamanqueiro, barbeiro, o oleiro, a leiteira, a galinheira, o chapeleiro, a fritadeira de peixe, o tecelão e a padeira do famoso pão de Ul, entre outros. A animação de rua será itinerante e percorrerá todos os espaços do evento. Considerado como um dos principais eventos da Área Metropolitana do Porto, este é o primeiro ano em que a organização estará apenas a cargo da Câmara Municipal tendo como parceiro a FAMOA (federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis). Criado em 1997, o Mercado à Moda Antiga envolve a população Oliveirense numa partilha de saberes, danças e cantares e convívio com os milhares de visitantes que anualmente visitam o Concelho durante os dois dias de festa, mostrando ao país as tradições e a história Oliveirense. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas, imprensa aqui presente e público em geral. Queria abordar aqui duas situações, que são de relevo para o nosso concelho, nomeadamente uma delas foi aqui citada há pouco o “É Preciso Ter Lata”. Digo isto com carinho, porque é a Escola da minha terra, é de Fajões e tudo o que falarem em Fajões é evidente que eu fico satisfeito. Permita-me que eu volte a falar no assunto. Fajões foi notícia e de coisas importantes nos dias que correm. Refiro-me ao evento lançado no ano passado “É Preciso Ter Lata”, nome da versão Portuguesa do Canconstrucion Junior Project, cujo objecto é de fazer da solidariedade arte. Pois bem, nessa altura, um professor não residente de Fajões deu a cara por este magnífico evento em prol da sociedade em que vivemos, das dificuldades, da fome, etc. O professor Denis Conceição nessa altura mal imaginaria o sucesso que a II edição do “É Preciso Ter Lata”, que decorreu em Fajões de 12 a 16 de Abril deste mês, teria á partida.

Hoje não lecciona na Escola Secundária de Fajões, sede de Agrupamento de Escolas de Fajões, mas o seu coração ficou para bem da benemerência e seu sentido de entreatura por todos aqueles que mais precisam, as pessoas e as IPSS, da região e não só de todas aquelas que ficam no eixo geográfico das Escolas participantes. Contaram com figuras da nossa TV a apadrinhar esta grande iniciativa, por forma a tornar a arte, num grande projeto de apoio às causas sociais. Se da parte de Escolas, alunos, pais, autarquias, todos deram as mãos, na ajuda, incluo aqui a nossa Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e do Senhor Vereador, que deu a cara numa ajuda incansável a esta iniciativa, elevando ainda mais o seu apoio para que a Escola Secundária de Fajões seja Sede de uma futura associação no âmbito nacional do projeto “É Preciso Ter Lata”. Aqui e agora, não poderei deixar de lembrar o quanto foi maravilhoso ver todos os projetos envolvidos, todos eles irmanados com um objectivo comum, a luta contra a fome. Positivo. Também não poderei deixar de registo nesta Assembleia de toda a onda de benemerência e doação por parte das empresas que se quiseram associar, das quais destaco a marca “Bom Petisco” que ofereceu 20 000 latas como patrocinador oficial. Digno de registo, a apetência do público em visitar uma exposição digna das grandes cidades. Concorreram 16 Escolas de todo o País, o dobro dos participantes de 2013, em que disputaram a arte em fazerem das latas a sua melhor escultura, num momento impar de combate á fome. Recolheram-se cerca de 6 toneladas de alimentos que foram distribuídos por 22 IPSS. Obra. Realço também que o evento teve honras de participação escrita e TV em vários noticiários. Deixo aqui, neste no plenário, o desafio que no próximo evento esta Assembleia Municipal se faça representar e participar com a doação, por parte de cada um de nós, de latas e tornemos esse evento também um símbolo de solidariedade a distribuir o nosso contributo pelas IPSS do concelho. Também nós temos responsabilidades nesse 3º sector da sociedade. Parabéns ao professor Denis Conceição e sua equipa. Parabéns á Escola Secundária de Fajões e Sede de Agrupamento. Parabéns à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Junta de Freguesia do Agrupamento. Tenho dito. Por outro lado, e ainda também no âmbito da educação, eu gostaria de realçar aqui um projeto ontem lançado em Fajões por parte da Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vereador da Educação Isidro Figueiredo, que tem o nome de “Happy Home Wallet – Reduzir para Poupar”. Eu passaria então a citar: Tendo sido convidado para a apresentação do Projeto Happy Home Wallet – Reduzir para Poupar, o qual teve lugar, ontem, na Escola Básica e Secundária de Fajões não poderia deixar de fazer aqui uma referência dado que o projeto aborda uma temática que abrange toda a Europa, nomeadamente a crise económica que se atravessa e que afetou os orçamentos domésticos e alterou as escolhas diárias e o estilo de vida de milhões de europeus. O custo de vida tem aumentado significativamente e, ao mesmo tempo, muitas pessoas perderam os seus empregos, viram reduzidos os seus salários, criando assim mais um desequilíbrio entre receitas e despesas nos orçamentos domésticos. Para equilibrar o orçamento familiar é necessário repensar os nossos hábitos de consumo/consumismo, limitar o desperdício e reorganizar os recursos, de acordo com uma nova filosofia que combina aspectos micro e macroeconómicos com a sustentabilidade ambiental. A abordagem é, portanto, olhar

para trás para redescobrir o valor e a importância de reutilizar e reduzir, práticas que, não há muito tempo, eram a base da economia local. Este tópico do projeto abre a possibilidade de envolver diferentes gerações de uma maneira informal, a fim de compartilhar experiências, conhecimentos e desenvolver novas atividades em conjunto, visando sempre a implementação da sua filosofia: conhecer, mudar, ser capaz de fazer. Na verdade, o desperdício é um sinal de ineficiência e perda de dinheiro. A redução dos resíduos e desperdícios geralmente reduz os custos. A estratégia do Desperdício-Zero engloba os três objetivos, geralmente aceites, da sustentabilidade – bem-estar económico, proteção ambiental e bem-estar social/económico. Esta é a principal razão pela qual o tema do projeto me suscitou um enorme interesse, assim como irá suscitar um enorme interesse público uma vez que implica diretamente as comunidades locais, municípios e associações. A oportunidade de interagir com os participantes, colegas e organizações de outros países europeus, através do blogue do projeto e das mobilidades, irá aumentar o conhecimento e as competências das pessoas envolvidas, bem como a sua motivação para uma cidadania europeia ativa e responsável. Mais uma vez, Oliveira de Azeméis se encontra na vanguarda uma vez que é o único Município Português a participar neste projeto internacional, demonstrando assim a sua preocupação ambiental e da dinâmica desenvolvida nesta área através do seu Vereador do Ambiente, Dr. Isidro Figueiredo. Fica também o desafio para que o movimento associativo de Oliveira de Azeméis aproveite as oportunidades que estão abertas, para o financiamento de outros projetos, através do Programa Erasmus +. Em nome da Junta de Freguesia de Fajões, que aqui represento, estou plenamente de acordo com a perspicácia que a nossa Câmara teve em alinhar num projeto de alcance internacional, mas com visão de futuro, numa ação para a melhoria de condições de todos os Oliveirenses, partindo do pressuposto, que o melhor caminho é efetivamente começarmos através da Escola a dar um grande passo em frente. Estou certo de que o pelouro através do Senhor Vereador dará a dinâmica necessária para colocar Oliveira de Azeméis numa posição vanguardista nesta matéria. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Muito boa noite a todos. Cumprimentava toda a sala nas pessoas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara. O assunto que me trás aqui, hoje, é um assunto de primordial importância para todos nós e para todos os Oliveirenses de uma maneira geral e que se prende com a rede viária. Todos nos apercebemos que, algumas semanas antes das últimas eleições autárquicas, houve um conjunto de pavimentações um pouco por todo o concelho, nomeadamente aqui na nossa cidade. Eu iria sobre esta matéria, ou sobre esta parte das pavimentações na cidade, deixar aqui duas ou três questões à Câmara. E que prendia-se com o seguinte: Por ventura a Câmara já se terá apercebido que algumas dessas novas pavimentações já apresentam alguns defeitos, nomeadamente fissuras, alguns buracos,

abatimentos e eu aqui destacaria: a Rua Padre Salgueiro; a Rua Aníbal Beleza; a Rua Eng.º Arantes de Oliveira; e, por aquilo que eu me apercebo, serão estas três que estarão a apresentar mais alguns defeitos ou mais defeitos; a Rua Dr. Ernesto Pinto Basto; a Rua Manuel Alegria; a Rua Dr. Artur Pinto Basto e a Rua Francisco Abreu e Sousa. É lógico que foram outras pavimentadas mas, por aquilo que me tenho apercebido, estas são as que estão a apresentar mais alguns defeitos. Eu perguntava: Se a Câmara fiscalizou a obra? Se aquilo que foi contrato foi aquilo que foi executado? E, se, o que é que pensa fazer para corrigir estes defeitos? Relativamente à rede viária um pouco mais em geral no nosso concelho, todos sabemos que temos uma basta extensa área de rodovia que, infelizmente, de uma forma geral não está em muito bom estado. Mas, eu permitia-me elencar aqui um conjunto de vias um pouco por todo o concelho, que são aquelas vias, umas com maior tráfego, outras de ligação entre freguesias, outras de ligação entre lugares com bastante aglomerado populacional e eu permitia-me também para que fique aqui publicamente elenca-las: A Rua e a Calçada da Lomba, em S. Roque; a Avenida da Senhora das Flores, uma via que liga Travanca, Pinheiro da Bemposta e Palmaz; a Rua do Mosteiro, em Cucujães; a Rua da Industria, em Pindelo; a Rua da Industria, em Nogueira do Cravo; a Rua que faz ligação Cesar/ Fajões/ Carregosa, Avenida da Senhora da Ribeira; Rua de S. Salvador, em Carregosa; a Rua do Monte de S. Marcos, em Fajões; a Rua da Vidigueira, em Loureiro e a Estrada Nacional 224 que liga Oliveira de Azeméis a Loureiro; a Escritor Ferreira de Castro, de Sobradelo e Vermoim, todas elas em Ossela; a Rua de Gateande e a Rua do Seixo, em Macinhata da Seixa, sendo que, também apanha Travanca e Palmaz. E aqui na Cidade: a Rua Domingos José da Costa é uma das ruas de entrada do Parque de La-Salette; a Rua Frei Caetano Brandão, que é a antiga NI; e, a Avenida Dr. António José de Almeida, também no centro da cidade. Estas são algumas das muitas ruas que precisam de atenção de intervenção. E aqui a única questão que eu deixava à Câmara, Senhor Presidente, é Se tem alguma previsão, se tem algum plano de intervenção a curto, a médio, a longo prazo para intervir em profundidade? Não só nestas, eu elenquei um conjunto delas. Mas a rede viária precisa da sua atenção. Mas perguntava novamente: Se existe algum plano? O que é que a Câmara tenciona fazer nos próximos tempos ou a médio/ longo prazo, relativamente á rede viária no concelho? Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas aqui presentes, público em geral, comunicação social. A minha intervenção vai no sentido de me congratular com a cultura atual e com as atividades culturais que se tem desenvolvido, ou que se estão a desenvolver, no Concelho. E uma delas que destaco, nesta primeira intervenção, é sem dúvida os 500 anos de Outorga do Foral de Figueiredo/ Bemposta. A atualidade cultural Oliveirense enobrece quando é capaz de perscrutar o seu passado.

Quando a história fala, a realidade acontece. E portanto, esta iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal, pelo seu pelouro de ação cultural, juntamente com a União de Freguesias Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca deve registar aqui o nosso apreço e a nossa consideração mas também congratulação. Esta iniciativa, que vai muito para além de uma atividade esporádica, pretende envolver toda a comunidade civil e associativa e também a comunidade eclesial e também a educativa. É uma interação com as mais diversas instituições locais e não só, mas também política, e prova também a política assertiva no plano cultural da Câmara Municipal. Uma palavra deve ser dita também, aqui, e dirigir-me ao Senhor Presidente da União das Freguesias pela iniciativa de ter acolhido e em tão boa-hora recordar e fazer memória deste Foral. Senhor Presidente, Senhora Vereadora muitas vezes é difícil de reconhecer o mérito de quem trabalha e quem se interessa pela cultura. Hoje vivemos numa cultura do fast-food, numa cultura do entretenimento e por isso a cultura hoje está à mercê da banalização e da frivolidade que roça muitas vezes a mediocridade. Com esta iniciativa, os Oliveirenses conseguem reverter esta tendência e trazem á tona e para a discussão do Plano Cultural ações de grande nível e de grande prestígio. Não é só recuar no tempo, mais do que viver a nostalgia do passado, Senhora Vereadora, Senhor Presidente, é tornar presente o passado e assim transmitirmos conhecimento e saber da história local. Não vou aqui discorrer sobre as inúmeras atividades que vão ser realizadas ao longo do ano 2014. Serão umas dezenas com certeza. E a sessão de abertura já ocorreu no antigo Paço do Concelho Figueiredo / Bemposta e, uma coisa me chamou à atenção, Senhor Presidente, foram as palavras do Senhor Presidente da União das Freguesias Pinheiro da Bemposta/ Travanca e Palmaz – Senhor Armindo Nunes, que diz: - “Tenho como missão unir as três freguesias, entorno dos valores comuns, com o sagrado respeito pela identidade e pela cultura de cada uma delas” - sublinho estas palavras Senhor Presidente. Estas palavras também devem caber, aqui, nesta Câmara, nesta Assembleia onde nós estamos presentes. O nosso trabalho, apesar das diferenças, é unirmos os esforços em torno do bem comum e de uma causa comum. Espero com certeza que saibamos demonstrar na prática estas palavras tão bem assertivas que disse o Senhor Presidente da União das Freguesias Pinheiro da Bemposta/ Travanca e Palmaz, isto tenhamos nós em conta, porque acima de tudo Oliveira de Azeméis está primeiro. Outro dado que queria chamar aqui também, Senhor Presidente permita-me, é o Concerto de Laureados de Sopro. De facto, um concurso que se iniciou no âmbito local, depressa passou a âmbito nacional e agora está no âmbito internacional. Isto é uma prova da política cultural e da aposta que a Câmara Municipal tem feito ao nível da música. Ainda numa das últimas Assembleias falávamos aqui da questão da Academia de Música e está aqui um belo exemplo Senhor Presidente da aposta cultural ao nível musical. 104 Concelhos presentes nesta atividade. 415 Participantes, que vão dos 8 aos 26 anos, distribuídos por várias classes e escalões e por vários instrumentos de sopro. Isto é notável para o Concelho de Oliveira de Azeméis, a sua projeção nos países como Espanha, Alemanha, São Salvador, entre outros. Portanto esta iniciativa, deve orgulhar os Oliveirenses, deve orgulhar a Câmara Municipal e deve orgulhar todas as forças intervenientes

e cívicas de Oliveira de Azeméis. A par disto, devemos também registar a atividade económica que este movimento também regista: 415 participantes, todos eles na maioria jovens, as famílias que os acompanharam e que presenciaram e que estiveram durante estes 4, 5 dias em Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, Senhora Vereadora é notável esta intervenção e, em apenas 6 anos, conseguiu-se transportar um evento local para um evento internacional. Também não podia de deixar aqui de referir outro evento, que devemos ter muito em atenção e muito em conta, que são, ao fim e ao cabo, as tradicionais “Queima das Fitas”, que abundam nesta altura por todas as cidades académicas. E Oliveira de Azeméis tornou-se ou está tornar-se uma cidade de conhecimento ao nível da Saúde. Temos hoje em dia aqui uma Escola de Enfermagem e, portanto, também os estudantes aqui já são muitos. E eu tive a particularidade e o prazer de assistir, pelo menos, ao cortejo e vi, de facto, este movimento estudantil que traz iniciativa ao concelho, á cidade de Oliveira de Azeméis, que traz juventude e também ao nível da iniciativa e da economia também é uma boa aposta neste sector. E portanto, deve ser aqui salientado e realçado esta atividade da “Queima das Fitas” e dos estudantes, que torna Oliveira de Azeméis, uma cidade académica, uma cidade com estudantes e não só e também aqueles que depois nos visitam. Não vou apenas aqui referir a iniciativas que aconteceram no decurso desta “Queima das Fitas”. Mas, como todos nós, a maior parte, teremos, ou não, filhos, ou não, na vida académica, sabemos muito bem como é. Mas, destaco aqui, a Serenata Monumental, em frente à Igreja Matriz, o Cortejo Académico e também outro investimento cultural da cidade que é o Cineteatro Caracas com o Festival de Tunas. Só uma nota, Senhor Presidente, permita-me: Eu tive a particularidade, assim de um relanço muito rápido e transversal, de ver quais são as atividades culturais / sociais que se realizam numa semana ao nível do concelho. Mas, como sabemos, a única fonte de informação que temos são os órgãos de comunicação locais, os jornais. E, de repente, contei mais de 30 ações culturais/ sociais organizadas quer pelo município ou em parceria com o município. E uma delas que me chamou a atenção foi precisamente a Academia de Oliveira de Azeméis que diz, e cito o jornal: “ o serão passou rapidamente para quem teve o privilégio de assistir ao concerto de Páscoa desta instituição” – estamos a falar da Academia de Música. – “Por uma plateia bem composta, os alunos deram show e, melhor do que ninguém, sabem o que valem e realmente são capazes. Muitos e bons artistas se preparam nesta entidade.” - Isto, Senhor Presidente, é para reafirmar o apreço que esta cidade, que é Oliveira de Azeméis, deve ter pela sua Academia de Música. Obrigado. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Jorge Melo, do CDS/PP. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público em geral e comunicação social. Na última Assembleia Municipal, no mês de março, uma Assembleia Extraordinária, o CDS/PP apresentou aqui uma proposta que, por ser Assembleia Extraordinária, a mesma não pode ser

colocada à discussão e aprovada e, dessa forma, resolvemos trazê-la, hoje, de novo, a esta Assembleia para se colocar aqui a proposta. E passo a ler novamente a proposta, para quem ainda não a ouviu na última Assembleia. A proposta bem então no seguimento de um ponto que estava a ser discutido nessa Assembleia, do mês passado, que era o Parque Temático Molinológico. E portanto, os considerandos iniciais desta proposta passam por: “Considerandos iniciais: 1) - O parque Temático Molinológico conseguiu atingir níveis de notoriedade e visibilidade muito importantes, promovendo o Concelho de Oliveira de Azeméis. 2) A ideia que esteve na sua base assentou num estudo de levantamento de todos os moinhos existentes no concelho de Oliveira de Azeméis, o qual remonta já há cerca de 16 anos. 3) Nessa altura foi decidido fazer uma intervenção numa área restrita em UL, que servisse de centralidade para todo o projeto e pudesse chamar a atenção de todos para a importância de preservar este património do passado e também constituir um memorial das suas gentes. 4) Havia também, embora não muito salientado, um objetivo complementar de natureza ambiental, que através da exposição direta, haveria de levar as consciências e os Organismos competentes a tomarem medidas concretas para melhorar a qualidade da água do rio UL, diminuindo os seus níveis de contaminação. 5) Durante o período que decorreu até à atualidade, o Parque potenciou sinergias, tem-se verificado que muitos particulares, proprietários de moinhos, têm também, por sua conta, investido para recuperar o seu património. 6) Neste momento, o resultado atingido em termos construtivos de reabilitação dos moinhos e requalificação da área envolvente são de qualidade inquestionável. 7) O Parque tem tido uma dinamização possível em termos de eventos e programas festivos. 8) O próximo Quadro Comunitário de Apoio, Estratégia Europa 2020, pode ser uma oportunidade de financiar novos projetos para a preservação dos ativos associados aos moinhos de água. 9) Seria importante, com base no projeto de levantamento dos moinhos realizado em 1998, em 2014 fazer uma avaliação extensiva a todo o concelho e uma atualização do estado atual do património de moinhos de água, para em seguida se dar novo impulso. 10) O Município não se pode desvincular de continuar o trabalho já executado e projetar o Parque e todo o património associado à atividade moageira para níveis ainda mais ambiciosos. Proposta: Propomos que a Câmara Municipal promova a execução de um Plano Estratégico para o Parque Molinológico e de um Plano de Investimento a realizar até 2020. Este Plano Estratégico, por nós, apresentado deve ter enquadramento, a priori, nos seguintes eixos: 1) A área de estudo para este Plano Estratégico deve retomar uma abrangência a todas as freguesias atravessadas pelo Ul e pelo Antuã. 2) Na vertente antropológica, deve contemplar uma vertente de memorial das gerações anteriores e incluir roteiros de formação e lúdicos para as novas gerações. 3) Na vertente ambiental, em articulação com os Organismos certos, estudar as condições de exequibilidade para um futuro em que sejam feitos investimentos tecnológicos na ETAR do Salgueiro, para que a mesma possa assegurar um nível de tratamento terciário para a água que é lançada no rio Ul. 4) Na vertente turística, o Parque Molinológico deve ser assumido como parte da área Metropolitana do Porto e deve vir a ser dotada de capacidade de alojamento hoteleiro nas suas cercanias para poder integrar a agenda Porto – destino turístico

Europeu. Consideramos que um Plano Estratégico, e um correspondente Plano de Investimentos, são os instrumentos que fazem falta e os adequados para projetarmos uma Visão de futuro para o Parque e definir as metas que nos comprometeremos alcançar.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a admissão da proposta apresentada, tendo sido deliberado por unanimidade a sua admissão. =====

===== Seguidamente passou-se à apreciação da proposta apresentada. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de: Bruno Aragão, António Marques e Rui Luzes Cabral, do PS; António Rosa e António Cruz, do PSD. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente. Só para não haver confusão, se percebi bem, neste momento estamos a apreciar a proposta? Ok. Muito obrigado. Enfim, de uma forma muito geral, é uma proposta para análise do Parque Molinológico. Muitas questões que aqui foram abordadas também já foram colocadas, sobretudo e lembro-me que em algumas assembleias municipais colocamos essa questão que se pode ler em muitas das atas, a questão de alargar o Parque ao Município e não o entender como circunscrito naquela localização - Ul e Travanca. Aliás, essa discussão foi até bastante calorosa, se bem se lembram, quando se discutiu a Associação que entretanto foi criada e uma determinada transferência que entretanto ocorreu e o sobre a necessidade de não se ver o Parque e não se entender que o subsídio devia ser só para ali. Tudo isto foram discussões que fomos tendo nestes anos sobre esta matéria e, acho que houve algumas questões que foram sendo transversais, uma das quais, sobretudo, a importância de alargar isto, de facto, a todo o território municipal. Portanto, nesse sentido, perante uma proposta destas mais geral, acho que fará todo o sentido naturalmente e portanto, o nosso voto será favorável. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público. Apenas, também, para juntar a nossa voz aquilo que o deputado Bruno Aragão já referiu. Estamos sintonizados com a preocupação e com o caderno de encargos apresentado pelo CDS para o Parque Temático Molinológico. Que é de facto um espaço que é hoje já uma referência para Oliveira de Azeméis, apesar da sua grande juventude mas, acima de tudo, porque tem uma enorme qualidade. E aqui também

aproveito para registar o papel que Eng.º Pinto Moreira teve na concessão e na elaboração deste Parque Temático e por isso também registar esta sensibilidade pelo temo e estamos perfeitamente em sintonia e este é um espaço que, deve ser à semelhança de outros em Oliveira de Azeméis, deve ser uma referência e deve ser olhado como um espaço a desenvolver e um espaço que seja agregador não apenas de gentes de Oliveira de Azeméis, mas das gentes de uma região, e por isso, também ele fortemente caracterizador, da nossa história, das nossas gentes e essa realidade é transversal a todo o concelho, portanto também aqui a relevância e o pensarmos e de o perspectivarmos de uma forma um pouco mais abrangente a todo o concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto, obviamente que, iremos votar a favor esta proposta. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor António Marques, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo, caros colegas Membros Assembleia. Eu queria acerca desta proposta, que o nosso colega trouxe cá, ela ser abrangente mesmo a todo o concelho. Porque depois, refere: “ a todo o concelho, mas fala nas freguesias atravessadas pelo Rio Ul e o Rio Antuã.” S. Martinho da Gândara tem muitos moinhos, alguns em estado de degradação elevada e também temos sempre essa ambição de fazer intervenção nesses mesmos moinhos. Por isso eu agradecia que a proposta fosse mesmo abrangente a todo o Concelho, a todas as freguesias e não apenas aquelas que são atravessadas pelo Rio Ul e o Rio Antuã. É só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes, os Oliveirenses. A minha intervenção neste ponto, no fundo, já foi, digamos que, abordada e aflorada pelo Presidente da Junta de S. Martinho - António Marques. Educar ambientalmente, é uma oportunidade excelente, com os moinhos. E S. Martinho da Gândara também tem um percurso, o seu Rio Negro tem ao longo do seu percurso alguns moinhos recuperáveis e, quer-me parecer, por aquilo que conheço, sem investimentos avultadíssimos e sobretudo com uma coisa que o Marques creio que não frisou e eu conheço a maior parte dos seus proprietários com muita disponibilidade de colaboração. Portanto, tenho dito. Acho que é uma proposta excelente por parte do colega do CDS. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

=====
 Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas. Eu faço parte dos órgãos da APTM, por inerência de funções como Presidente da Junta de Loureiro e queria só dar aqui uma notinha visto que este ponto já foi trazido aqui na última Assembleia e entretanto não foi votado por razões conhecidas. Obviamente que esta é uma proposta na generalidade com contributos interessantes que foram aqui proferidos pelo colega Jorge Melo, do CDS. Isto demonstra realmente que as questões do património cultural, nomeadamente do património monológico que estamos aqui a falar, tem vindo a assumir cada vez mais uma importância relevante no nosso concelho. E, o ponto que aqui discuti no último mandato de juntar as três Freguesias, Ul (na altura Ul), Loureiro e Travanca, para dar o primeiro passo em abrir a Temática da preservação Monológica não a centrando só nos moinhos de Ul mas fazendo daí um ponto de partida para abarcar outras freguesias e outros moinhos. E portanto, acho que, votar esta proposta como uma ideia inicial de se estudar no futuro como é que pode ser feito todo este enquadramento, acho que, é uma boa ideia. Acho que encerrar essa proposta nesta Assembleia Municipal. Não. Mas ser o ponto de partida para pensarmos todos juntos o que é não só o património monológico, mas também o que é o outro património que o concelho tem. Aliás, já referi anteriormente que falta a Oliveira de Azeméis um espaço Museológico que possa ser de referência e que possa não só ser mais uma montra daquilo que nós fomos e aproveitar, no fundo, também esta questão da evolução da indústria monológica ao longo das últimas décadas. E portanto: Acho que sim. Acho que, estas questões devem ser pensadas com alguma calma. E deve ser feito então um trabalho sustentado e um trabalho profundo sobre o que é que nós queremos daqui a 20,30,40, 50 anos, como é que nós daqui a 20, 30, 40, 50 anos (era isso que queria dizer), olhando para trás como é que nós vamos ver o nosso património, o que é que nós aqui agora enquanto Autarcas, enquanto cidadãos Oliveirenses, o que é que nós fizemos para potenciar esse património e procurar alguns “nichos de mercado” desse património cultural para o valorizar? Eu sei que, hoje em dia, todos os municípios querem ter uma marca, uma marca qualquer, uma marca identificativa: seja na indústria; seja na gastronomia; seja no património; seja nas festas; seja em qualquer coisa; querem todos vender uma marca qualquer. E portanto a concorrência é grande. E é por isso que, acho que, devemos partir desta proposta do CDS para pensar com calma e fazermos uma coisa com cabeça, tronco e membros e estruturar então o património cultural não só o monológico, para que o concelho de Oliveira de Azeméis que está a esse nível atrasado. E para citar só também a questão dos Castros, que tem sido dada pouca atenção à sua conservação e valorização, por exemplo e estudo. E portanto, acho que é um bom ponto de partida, para nós sabermos o que é que queremos do património cultural em Oliveira de Azeméis (era isso que eu queria dizer). =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Aproveito para cumprimentar o Senhor Presidente, a Mesa, os Senhores Deputados, os Senhores Vereadores, a comunicação social, o público presente, os funcionários e técnicos da Câmara Municipal. Só duas ou três notas que queria acrescentar a esta proposta do CDS/PP. E dizer naturalmente que a Câmara Municipal estará e é a primeira interessada. E as intervenções que foram feitas na sequência da intervenção do Deputado Jorge Melo, do CDS, esta aventura Molinológica é hoje um fator de união entre todos nós como ficou aqui bem demonstrado e isso é muito positivo. Neste momento, decorrem um conjunto de investimentos significativos no Parque Molinológico. Recordo: A Construção do Centro de Provas Gastronómicas, aproveitando dois moinhos que a Câmara comprou junto ao Núcleo Central; Estão a decorrer os caminhos do Parque Molinológico, ou seja a colocação de calçada que permite quer para as caminhadas - rotas pedonais e também rotas de BTT; E está prestes a iniciar-se a construção de um acesso pedonal ao Parque Molinológico, nomeadamente aquela ponte que é estreita para se cruzarem os carros com as pessoas e portanto as pessoas vão ter uma outra forma de chegarem ao Parque. A construção de parque de estacionamento para evitar o afluxo de viaturas ao Núcleo Central. E o envolvimento que foi dado também aos autarcas da região. E portanto, no próximo sábado, vai haver um ato eleitoral da Associação do Parque Temático Molinológico onde os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, que estão neste momento abrangidas nesta fase, vão assumir as respetivas presidências. Ou seja, o Presidente Carlos Silva, o Presidente Armindo Nunes e o Presidente Rui Luzes Cabral vão ser eleitos se a assembleia geral decorrer com a normalidade que se espera como é evidente. E há também um dado novo, que eu gostava de partilhar com todos vós, que eu considero muito importante, que é: A presença de privados, nomeadamente empresas ligados ao sector dos cereais. Empresas interessadas em colaborar e também se disponibilizaram para integra a Associação e fazer parte dos órgãos sociais, para além da Associação das Padeiras. O que demonstram bem a vontade que existe em que aquele seja espaço de excelência e um espaço de referência. Ele já é um fator distintivo do nosso Município, não há dúvida nenhuma, porque não há muitos Parques iguais aquele. E portanto nós só temos e continuar a trabalhar mantendo a tradição, preservando a tradição e melhorando-o naturalmente tornando-o mais atrativo. E, por isso, acho que, esta sugestão da elaboração de um Plano Estratégico e depois a Câmara Municipal terá de trazer aqui para depois ser aprovado o início desse mesmo procedimento, eu acho que é uma excelente ideia e portanto a Câmara Municipal associa-se vivamente a iniciarmos este procedimento. Logo que esta proposta seja aprovada, nós teremos naturalmente que agir em conformidade e em boa hora e em bom momento o faremos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

===== *Colocada à votação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, foi a mesmo aprovado por unanimidade. =====*

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Agostinho Tavares, Presidente da Junta da União das Freguesias de Nogueira do Cravo/Pindelo. =====

===== Muito boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia considerem-se todos cumprimentados. A minha intervenção surge na sequência das reclamações contínuas que os fregueses têm feito chegar à Junta de Freguesia, relativamente a algumas situações que eu passo a citar. Isto prova que este trabalho de casa não foi feito em comum. Vimos agora mesmo que tínhamos um ponto em comum, que é o facto do estado das vias nas zonas industriais. Principalmente a entrada sul da Zona Industrial de Pindelo/Nogueira do Cravo, que precisa de uma intervenção bastante urgente e profunda, nomeadamente com o desvio de águas nascentes que por lá ocorrem e que estragam todo o trabalho que é feito na recomposição daquele pavimento. Queria também falar da Rua do Pereiro, do alcatroamento que foi feito em outubro, e que está também a causar uma grande preocupação às pessoas que passam por lá nomeadamente à Junta de Freguesia e com certeza também à Câmara porque já fizeram o favor de enviar lá técnicos para observação do estado da estrada e de facto, há ali uma extensão de 900 metros que precisam de ser feitas valetas. Nós, como sabem, não temos nem meios humanos, nem meios materiais para fazer esse trabalho. De maneira que, mais uma vez, solicito à Câmara uma atenção especial aquela estrada que passou a ser com a colocação daquele piso uma ligação muito importante entre Pinhão, Pindelo e Vale de Cambra, nomeadamente a freguesia de Codal. Uma outra situação que também já á bastante tempo é falada aqui nesta Casa e que já a alguns mandatos atrás, portanto será a marcação das passadeiras que estão em alguns locais totalmente invisíveis. Já houve algumas situações de pequenos acidentes, que felizmente não tiveram grande prejuízo, nem material, nem humano, portanto não houve felizmente marcas, mas que se podem evitar com a colocação das passadeiras. Embora as mesmas tenham sinais verticais, no entanto achamos que, a colocação, digamos, o realce das zebras são muito importantes também para quem conduz e quem circula a pé. Uma outra situação tem a ver com as visitas que os técnicos da Câmara fazem às freguesias. E eu, aqui, pedia o especial favor de quando os técnicos se deslocassem às freguesias, comunicassem ao Presidente da Junta ou ao Executivo a ida à freguesia, uma vez que já aconteceram algumas situações de desagrado. Porque os munícipes fazem a queixa à Junta e simultaneamente à Câmara Municipal e depois não há aqui uma consonância de informação. De maneira que: Ou, aparece a Junta primeiro para ver a situação, depois aparece a Câmara, depois a Câmara mexe e Junta não sabe. Portanto há aqui de facto um desencontro que não fica bem, nem à Junta de Freguesia, nem à Câmara, porque faz pensar que não há sintonia de esforços para resolver as coisas relacionadas com as freguesias. Queria também agora aqui, especialmente, e não estava na minha ideia falar disto mas, o meu colega aqui uma grande dissertação sobre a apresentação do “Happy Home Wallet” feito anteontem pelo Senhor Vereador Isidro Figueiredo. Destaco aqui, em tom de brincadeira, o pequeno-almoço que nos foi servido pela escola. Eu fique abismado com a

categoria dos jovens que tiram o curso de cozinheiro naquela escola e portanto não estava bem a par daquilo e até achei que era alguém a quem a escola estava a pagar para ter aquele serviço, mas de facto é mesmo trabalho de estudantes. E sobre este projeto, caro Isidro, tenho que lhe dizer que: fiquei bastante sensibilizado; fiquei muito admirado. E manifestei na altura também que fiquei muito admirado de ser o único Município de Oliveira de Azeméis a participar num projeto desta dimensão e desta natureza também obviamente. E ponho-me há disposição para colaborar naquilo que for necessário, porque ensinei a preservar a natureza durante 33 anos portanto com certeza que saberei algumas coisas sobre isto. Já temos também alguns projetos a desenvolver na freguesia que em bom tempo será informado das atividades que vamos fazer, propondo que sejam já integradas no Projeto, por jovens até do voluntariado. E não tenho mais nada a dizer sobre estas questões. Deixo aqui também uma nota sobre o comportamento que tem vindo a acontecer aqui nestes debates. E de facto aqui dá-me a entender que somos uma panela de pressão e que a qualquer momento a panela rebenta ou pelo um lado ou pelo outro. E, aqui, a sensatez, como já foi dito algumas vezes, é muito importante, porque somos adultos, porque temos formação académica e pessoal e porque é muito fácil ser-se mal-educado, mas custa um bocadinho saber estar e isto também se aprende. Isto não é dirigido a ninguém. Eu fui a primeira vez que fiz uma intervenção neste espaço. Espaço democrático. E tenho que vos dizer que em 4 anos que estive aqui fiquei um bocado traumatizado com este ambiente. Apelo a que todos vocês mantenham a calma e fazendo minhas as palavras do meu amigo Carlos Costa dizer também que de facto isto é um ponto de discussão, é um ponto de encontro de saberes, de saber estar também e de facto passar para a comunidade que todos nós somos superiores a questiúnculas particulares e politiquices. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Cruz, do PSD.=====

===== Com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, do Secretário de Estado, João Almeida, o Comandante Nacional e Distrital da Proteção Civil, GNR, INEM e outras entidades presentes, assistiu-se aquele evento a que chamaram – O Treinamento Operacional e de Comando em Oliveira de Azeméis, o cenário concreto foi a zona florestal da freguesia de Ossela, com o posto de comando no parque de La-Salette. O simulacro de combate a incendio envolveu, 200 efetivos das 25 corporações distritais, 50 viaturas, os serviços municipais da proteção civil. Uma ambulância de suporte de imediato de vida integrada no simulacro, que na próxima época de incêndios poderá socorrer operacionais em caso de acidente, foi uma novidade e foi uma novidade aplaudida pelo Comandante Paulo Vitória. O Senhor Ministro Miguel Macedo enfatizou que a aposta na formação e treinamento é vector estratégico do Sistema Nacional de Combate a Incêndios, referindo a propósito que a Escola Nacional de Bombeiros está a fazer formação específica a cerca de 3400 voluntários. Segundo o mesmo governante, na próxima época de incêndios, os Bombeiros Portugueses contarão com

mais 50 equipas e dois meios de combate aéreos (2 Canadairs). O mesmo Ministro no âmbito deste simulacro sublinho que: “ a formação e o treino”, e estou a citar - “que a formação e o treino, os meios operacionais e a colaboração entre as entidades são factores importantes e não dispensáveis para garantir a efetiva proteção das populações e do território.” Felicitações à Câmara pelas diligências desenvolvidas no sentido do simulacro se realizar no nosso Concelho, pela manifesta disponibilidade, pelo envolvimento e pela preocupação subjacente com a problemática dos incêndios florestais. A outra reflexão que aqui queria trazer prende-se com a problemática do Parque de La-Salette. Requalificar o Parque de La-Salette e a sua zona envolvente recorrendo a financiamento do QREN, um investimento que todos sabemos superior a 4 milhões de euros, gera expectativas e alguma apreensão em todos os Oliveirenses. E as expectativas e apreensão são maiores naqueles amantes particulares do ex-líbris do nosso Município. O aparato da obra, é visível. Também quase todos temos a percepção que: intervir num século de história com géneses religiosas; tornar a história do vidro, uma vivência; intervir no núcleo central respeitando o seu traçado original e o seu exotismo biofísico; criar uma área para merendas e um parque para eventos; tornar o parque infantil lúdico-desportivo transgeracional; acrescentar valor paisagístico ambiental; reflorestar e tudo o mais a que este projeto se propunha e se propõe, sabemos nós que não se faz de um dia para o outro nem numa só empreitada. Contudo, Senhor Presidente, por este andamento das obras, ousou perguntar-lhe: Vamos ter condições para que as Festas, de agosto, se realizem sem grandes atropelos? Vamos ter as obras totalmente concluídas nos prazos a que o projeto de financiamento nos obriga? Desculpe a ousadia do que lhe vou dizer a seguir: Já pensou que poderia ser útil agendar, com os eleitos desta Assembleia, uma visita às obras? Não seria uma boa oportunidade para nos esclarecer onde é que estão os 4 milhões de euros? Não seria uma boa oportunidade para nos mostrar as diversas intervenções? Em meu entender, conhecer in loco as novas potencialidades do Parque da Nossa Senhora da La-Salette tornaria mais fácil a nossa tarefa de promoção do mesmo Parque e alimentaria e muito o nosso ego Oliveirense. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Raquel Teixeira, do PS. =====

===== Boa noite, a todos. O motivo da minha intervenção prende-se, mais uma vez, com a má gestão que este Executivo faz de alguns dos seus recursos. Nomeadamente o Antigo Centro de Saúde. Não se compreende a demora da cedência do espaço à Autarquia. Das duas, uma: Ou, a Autarquia não cumpriu com a sua parte do pagamento acordado; Ou, o Ministério da Saúde não está a ser uma entidade de bem em libertar o espaço. O resultado é que o imóvel não está ao serviço dos jovens Oliveirenses, como foi prometido aqui já em 2011 como Fórum da Juventude anunciado na altura. E importa, saber, clarificar o que é que está a impedir a total transferência do espaço e se a Autarquia já pagou os valores a que se comprometeu pela aquisição do mesmo? Os jovens Oliveirenses necessitam deste espaço, a funcionar. E também

aqui poderíamos deixar de pagar rendas avultadas, pela loja Ponto Já, e que poderiam financiar em parte a requalificação deste espaço. Aproveito também para solicitar esclarecimentos sobre o destino que pretendem dar às antigas instalações da Escola Bento Carqueja? Este espaço, poderia ser mais um espaço colocado ao dispor do movimento associativo. Coloco ainda também a questão qual o ponto de situação do Salão Nobre do Município? Como todos sabemos está em decadência e também este espaço poderia ser rentabilizado de outra forma e colocado ao dispor da comunidade para os mais diversos fins. A Autarquia deve dar o exemplo, requalificar e rentabilizar os seus recursos. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou procurar ser sucinto nas respostas. Relativamente à reflexão. Acompanho o Senhor Amaro Simões na reflexão que fez sobre o 25 de Abril. Nós procuramos assinala-lo e comemora-lo condignamente, também sem grandes excessos, mas acima de tudo procurando marcar uma vez a importância dessa data histórica e importante para todos nós. Gostei de o ver no seu texto a estar a ler a canção, do Sérgio Godinho, da Liberdade. Só faltou cantar. Mas, deixe-me dizer-lhe que nós temos já uma excelente oportunidade para provar Abril nas eleições para o Parlamento Europeu se vamos ter uma abstenção brutal ou se vamos ter uma participação elevada. Acho que é um bom sinal também. E deixe-me dizer-lhe que eu estou muito preocupado, porque vejo sinais preocupantes, relativamente a essa matéria, nos índices de participação. E a Europa tem a ver com todos nós e portanto acho que é uma primeira oportunidade de mostrarmos já as vivências de Abril no próximo ato eleitoral. Relativamente à intervenção da professora Helena Lestre e do senhor Presidente da Junta de Fajões – Jorge Paiva relativamente à iniciativa “É Preciso ter Lata”. Naturalmente que me associo a aquilo que foi dito, quer por um, quer pelo outro e, vou só acrescentar que, tive a oportunidade na cerimónia, em Fajões, aliás na presença dos senhores Presidentes de Junta Fajões, Carregosa e Cesar tive a oportunidade de garantir e disponibilizar ao professor Denis Conceição e ao Agrupamento de Escolas de Fajões todo o apoio da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para que este evento continue a ter a sua sede, o seu epicentro, em Fajões, no Agrupamento de Escolas de Fajões. Há um conjunto de apoio jurídico e outro tipo de apoio logístico. Conforme foi aqui dito, o programa e o evento tem crescido e é positivo esse crescimento, não é? Superou as expectativas, nomeadamente naquilo que eram as toneladas de alimento a arranjar. Portanto chegou às 6 toneladas, e o objetivo inicial eram 5 e portanto foi superado esse objetivo. E nós apresentamos essa disponibilidade total para darmos o apoio que for necessário. E ele foi aceite. Também os presidentes de junta e as pessoas que estiveram lá presentes, no evento, percebem a pressão que é feita para que o evento possa ir outros sítios, ou seja, que não seja feito em Fajões. Aliás, foi pedido: - Partilhem isto com o

País. E quem falava eram pessoas dos grandes centros urbanos. Portanto, acho que, nós devemos estar atentos e devemos fazer tudo para manter o projeto cá no nosso Município e em concreto na Freguesia de Fajões. A professora Helena Lestre falou no “Mercado á Moda Antiga”. Amanhã, já estamos em maio. Portanto já faltam poucos dias. Já se trabalha intensamente, nomeadamente com o movimento associativo. Ainda hoje era visível nas ruas pedonais, o responsável da Câmara Municipal, a parte técnica do evento, com uma série de expositores e de associações a trabalharem no terreno. Esta sala esteve completamente cheia, aqui há uns tempos, numa reunião de apresentação das regras e da nova forma. Saliento aqui a parceria com a FAMOA. Como sabem, a secção cultural do GRACC não mostrou disponibilidade para coorganizar o evento. Aproveito uma vez mais para agradecer tudo aquilo que foi feito durante estes anos, nomeadamente à Ana Nadais, ao Nelson Costa e ao GRACC. Mas temos novo parceiro. E a FAMOA tem sido em muitos eventos um parceiro por excelência e vai ser seguramente também um excelente parceiro na organização do Mercado à Moda Antiga que tem neste momento já mais de 70 associações inscritas e que estão já mais de 1750 figurantes garantidos para animarem Oliveira de Azeméis nesse fim-de-semana. Possivelmente ainda teremos outras novidades mas sem as termos totalmente garantidas não as podemos anunciar e a seu tempo elas vão ser conhecidas, no caso de se concretizarem. Saliento também esta questão do “Mercado Quinhentista” para assinalar os “500 anos do Foral de Figueiredo e Bemposta”. E portanto, haverá também uma área destinada tipo Mercado Quinhentista e é importante também para que as novas gerações possam conviver com estas coisa de há 500 anos. Temos também a participação da ADRITEM com o projeto “Há Festa na Aldeia” e temos o Mercado das Regiões com o Turismo do Porto e Norte de Portugal que também se associa uma vez mais a este evento e que vai trazer experiências, que se enquadram no Mercado à Moda Antiga, de outros concelhos da região norte do País. Uma nota também á intervenção do Presidente – Jorge Paiva, relativamente à questão do “Reduzir para Poupar”. É verdade que é um projeto excelente. E em boa-hora a Educação e o Ambiente agarraram esta oportunidade conforme também foi aqui dito pelo professor Agostinho. E também foi em Fajões. E portanto também queria aqui enaltecer agarrarmos esta oportunidade e também aqui positivamente marcarmos alguma diferença. Quanto á intervenção do Senhor Deputado Nuno de Jesus. Eu tomei boa nota das suas preocupações. Aliás, elas são conhecidas. Mas, deixe-me só dar duas ou três situações concretas. Quanto à questão do estado da via, de algumas vias que referiu. Elas foram acompanhadas e fiscalizadas pela Câmara Municipal e estão neste momento a serem feitas as tramitações legais com quem foi feito o ajuste direto, foi com a empresa Manuel Francisco de Almeida, que tem sede em Travanca, uma empresa do nosso Município. O nosso técnico foi o engenheiro Pedreiras, que foi quem acompanhou toda a execução da obra e estamos neste momento a acertar pormenores com o empreito para se fazer as reposições nas situações que estão neste momento com alguma deficiência. Eu peço desculpa de dizer isto. Porque eu já fui uma vez mal interpretado por ter dito isto, porque fui acusado de me escudar ou desculpar com as chuvas: Mas tenham paciência - eu não me sinto nada condicionado com isso.

Porque os índices de pluviosidade que o país teve ultrapassaram todos os recordes e não há memória. E portanto Santa paciência. Eu não me estou a desculpar com nada. Agora, evidentemente que, a chuva, foi muito grande, demorou muito imenso tempo e deteriorou as nossas vias. Mas não são as nossas. Eu até estranhei ser o Senhor Deputado Nuno Jesus a fazer esta intervenção, até porque ele anda por muitas áreas fruto da sua atividade comercial e saberá seguramente que, se calhar, se fizer uma introspeção vai perceber que há muitos mais buracos noutras terras aqui à volta do que há em Oliveira de Azeméis. Mas, com o mal dos outros, a gente pode bem. Portanto precisamos é de resolver os nossos problemas. Eu, ainda ontem, com um colega meu presidente de câmara aqui de um concelho vizinho, eles vieram reunir ali ao Hotel Vale do Rio, por causa de um projeto intermunicipal e não deixa de ser curioso: Mas, eu continuo a dizer: Com o mal dos outros, a gente pode bem. Temos é de tratar das nossas vias e aí estamos de acordo. Mas, eles próprios fizeram essa referência:- “Epá, as vossas estradas estão porreiras.” E eu disse: - “Não estão. - Há sítios que estão péssimos e há sítios que estão bons.” E eles dizem: - “Então, vai lá ao meu e vai ver como é que a coisa está?” Mas isso não importa. Eu tomei boa nota das questões. Deixe-me só aproveitar a sua questão e já responder a si e ao professor Agostinho, que é: Nós com as Juntas de Freguesia fizemos um acordo de utilização de tapete betuminoso, para tapar buracos, por causa de situações de emergência, porque reconhecíamos claramente que a coisa estava bastante complicada. E nós disponibilizamos 800 toneladas de betuminoso. E, fizemos um contrato com as freguesias, distribuímos as 800 toneladas pelas freguesias. E temos vindo a fazer intervenções nas freguesias, umas já utilizaram algum deste betuminoso. Posso dizer: Destes 800, 600 foram a dividir pelas 12 freguesias e neste momento temos requisitado e entregues nas freguesias 92.24 toneladas. E não vou estar agora aqui a dizer quais é que são as freguesias que já pediram ou não pediram. O que é certo, é que, algumas têm meios também para resolver o problema, outras não têm e é preciso agendar com os meios da Câmara Municipal, mas nós estamos a intervir e deixe-me dizer-lhe que há algumas juntas de freguesia que têm feito um trabalho extraordinário e têm resolvido o problema, mas eu também percebo e por isso é que estamos a trabalhar nos acordos de execução, que nem todas têm os mesmos meios para resolver os problemas, certo? Umhas estão mais bem equipadas, quer a nível de pessoal, quer a nível de maquinaria. Mas nós estamos atentos. E eu espero o mais rapidamente possível, se o S. Pedro nos ajudar, que nós possamos ter a nossa rede viária em condições. O professor Costa Gomes falou da questão cultural. Eu já falei da questão dos “500 anos do Foral.” Nós estivemos na Zona Histórica do Pinheiro da Bemposta a apresentar o programa. É um programa intenso, ambicioso, mas de alguma forma também mostra o orgulho que temos na nossa história e nas nossas tradições. E há um compromisso, também, juntamente com a União das Freguesias do Pinheiro/ Palmaz e Travanca de dar mais vida aquela Zona Histórica que está extraordinariamente bem recuperada mas que precisa de vida. E portanto, temos de ser capazes, em conjunto, em parceria, também com o movimento associativo de dar mais vida aquela zona histórica que é de grande excelência. Quanto à questão do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro. Nós já

estamos a trabalhar no próximo ano. O professor Costa Gomes fez aqui, um pouco, o balanço desta edição que superou todas as expectativas. É verdade. Mais de 400 participantes, 415 participantes de 104 concelhos. E há um pormenor, que é um pormenor interessante. Eu sei que às vezes as pessoas dão pouca importância a isto mas, não imaginam a dispersão de notícias sobre este evento por tudo aquilo que é imprensa regional deste país. Porque quando vem um jovem, uma criança, que toca na Banda de Música A, que esta na Escola de Música do concelho Y, e vem, e tem um prémio, e participa. Isso tem repercussão na imprensa local com fotografias de Oliveira de Azeméis a dizer: “No concurso de Oliveira de Azeméis o nosso jovem, tal e tal, teve um prémio ...” Isto tem uma repercussão enorme, para além naturalmente de ser um concurso internacional. E eu acredito muito, aliás foi esse o desafio que lancei também à FAMOA, na pessoa do Senhor Grifo, e à Senhora Vereadora Gracinda Leal no encerramento de Laureados, que a próxima edição (que é uma edição com números redondos) possa ser uma edição ainda mais marcante do aquilo que tem sido até ao momento. Mas também dizer-vos que é de grande qualidade e exigência, porque o Júri é muito, muito, mesmo muito exigente. E são os Músicos que o dizem. Quanto à Queima das Fitas. É verdade, começa a ser tradição e este ano foi assim, correu bem. Animação nas ruas. Julgo que do ponto de vista das praxes académicas, que está muito em voga e que se fala muito, julgo que não houve excessos. Houve praxes naturalmente, mas praxe controlada como devia ser em todo o lado. E portanto, em Oliveira de Azeméis correu muito bem, os estudantes estão de parabéns quanto aquilo que organizaram. Quanto à questão do Parque Temático Molinológico e do Plano Estratégico, já falamos. Portanto, vamos falar nessa questão do Plano Estratégico. O professor Agostinho e a rede viária. Também já expliquei. Quanto à questão das passadeiras, nós estamos a equacionar. A dúvida é: Quando nos sentarmos á mesa para discutir os acordos de execução junta a junta, aí vai ser uma daquelas coisas que depois no fim vamos perceber se, depois, se faz junta a junta ou se faz uma empreitada geral. É muita coisa para fazer. Há muita coisa para fazer. Nós temos uma máquina nossa. Mas, às vezes, se calhar vale a pena fazer bem as contas e perceber que se calhar é preferível contratar uma empresa de maior dimensão que possa assegurar, num espaço mais curto de tempo, com outro equipamento muito mais pesado do que aquelas máquinas mais pequeninas que as Câmaras têm, algumas juntas também têm, e podermos recuperar muito rapidamente muito do que foi feito. Como sabem, nós tivemos uma preocupação, refiro-me mais concretamente à cidade, com todo o respeito pelas freguesias, mas, nomeadamente Zona Industrial onde há muitas pessoas a atravessar a estrada, junto de escolas. Portanto, quisemos fazer isso rapidamente. Mas, temos um défice, temos que resolver, assumo aqui isso de forma totalmente franca. E precisamos rapidamente de o fazer. Quanto à questão que o professor Agostinho falou. Há dois níveis de intervenção dos serviços técnicos nas freguesias. Repare: Muitas das vezes nem nós, que estamos no Executivo, sabemos que o técnico A, ou técnico B, avança para a freguesia A, ou para a freguesia B. Por razões muito simples. Como o professor Agostinho imagina nós recebemos dezenas e dezenas de queixas do vizinho do lado, do vizinho da rua, daquele a gente não gosta, que se zangou no café, ou que é de outro clube de futebol e

não sei quê. E depois, se nós não vamos ver? A queixa volta: - E então, o que estão aí a fazer? Às vezes não é compatível avisar a junta para isto e só mais à frente é que acontece isso. E eu reconheço que, podemos afinar mais este procedimento, quando é do conhecimento quer da Junta quer da Câmara que a queixa, que a reclamação é apresentada em conjunto. Quando ela é isolada é mais difícil, porque o despacho é feito para os serviços técnicos. E os serviços técnicos vão andando. E aquilo que nós queremos é que eles andem bem e depressa, porque muitas vezes estes assuntos são encerrados. Quando são coisas das Juntas de Freguesia. Aí, exige-se naturalmente que o acompanhamento seja feito pela Junta de Freguesia e o técnico não vá ao local sem o Presidente de Junta isso aí é um princípio. Se isso acontece? O Presidente de Junta, nesse dia, só tem que me telefonar a dizer: - Olhe, veio cá um técnico para tratar de um assunto da Junta.... Eu sei, que não era isso que se está a referir. Mas, quando isso acontecer, qualquer um dos 12 que aqui está, pega no telefone. E naturalmente que as pessoas são chamadas à atenção, porque as ordens que têm não são para fazer isso. Quanto à questão do Senhor Deputado António Cruz. Referiu-se à questão do exercício da prevenção de fogos florestais, que teve a presença do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado e do Senhor Comandante Nacional da Proteção para além de todos aqueles responsáveis do Distrito. É muito importante esta questão do treino, participaram todas as Corporações de Bombeiros do Distrito de Aveiro, foi um momento interessante. E queria aproveitar aqui também para dizer o seguinte: Os Senhores Presidentes de Junta foram avisados muito em cima do evento, como os Senhores Vereadores, como o Executivo, porque o Senhor Ministro também só confirmou muito em cima Eu tinha dado até em Reunião de Câmara: - Se calhar, vem cá o Senhor Ministro. – Mas, eu telefono, se vier. E só fiz isso na própria sexta-feira. Portanto, a realização foi no sábado. E eu sei que havia Presidentes que não foram porque tinham compromissos assumidos, mas aí a responsabilidade não pode ser assacada à Câmara Municipal, nestas coisas vai quem pode, naturalmente. E sei que, os que lá estiveram tiveram prazer em estar e os que não estiveram é porque tinham outros compromissos. Era também esta a explicação que eu vos queria dar. Quanto á questão do Parque de La-Salette. Senhor Cruz, eu felicito-o pela sua sugestão e, deixe-me dizer-lhe que, ela está aceite. É só perceber qual é o dia da semana? Se calhar um sábado de manhã, ou um sábado á tarde? Com os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Membros da Assembleia Municipal, organizamos uma visita, encontramos-nos todos no Parque. Tem é que estar bom tempo. Pelo menos não tem é que estar a chover, senão damos cabo dos sapatos. Mas parece uma ideia excelente. Se calhar ainda durante o mês de maio, 17 e 18 não. Depois o fim de semana a seguir, é o fim de semana das eleições, portanto, nomeadamente as Juntas de freguesia têm de preparar as eleições. Vamos a ver se, até final do mês, nós agendamos uma data. E portanto, da nossa parte há a total disponibilidade. E, se calhar, todos em conjunto até é mais fácil para mostrarmos e explicarmos o que é que está a ser feito. Quanto à pergunta que me fez: Se vai estar tudo apostos para as Festas de La-Salette? A resposta é: Tem que estar. Tem que estar. Tem que estar tudo pronto. E portanto o atraso que há na execução das obras: Estamos a falar de fazer movimento de terras com a chuva que caiu, é

muito complicado. E nós tivemos quase três semanas todos os dias. E o empreiteiro, nunca saiu da obra, esteve sempre na obra, não fez foi ao ritmo que tinha que fazer e que ele também quer fazer porque isto tem prazos e esta é uma obra com financiamentos comunitário. Mas, portanto, como eu lhe digo, as coisas vão estar todas prontas a tempo de se resolverem. Para terminar, a Senhora Deputada Ana Raquel Teixeira perguntou sobre a questão do Centro de Saúde. Eu quase que assino por baixo o que disse e em vez de ser a Ana Raquel, é o Hermínio Loureiro. Há uma coisa que eu não sei se a Senhor Deputada sabe, e isto tem a ver com a história, é que o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis teve um problema tremendo. Ou seja, o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, é daquelas obras que, segundo dizem os técnicos, e eu daquilo que conheço e só apanhei na parte final, é daquelas obras que se pode escrever um manual de como não se deve fazer uma obra pública. Porque foi tudo mal feito. A obra era da ARS do Centro e portanto foi Coimbra que tratou sempre de tudo. De repente: Mas em boa hora que isso aconteceu, porque aquilo estava tudo encravado e não andava nem desatava; O empreiteiro faliu. Depois quis recuperar, mas voltou a falir. Até que, por determinação do Ministério ou da Secretaria de Estado da Saúde, a obra passou para a ARS do Norte. E a ARS do Norte meteu pés ao caminho e mãos à obra e conseguiu fazer aquilo. Deixe-me só dizer isto, a Câmara Municipal, só para a tranquilizar, do ponto de vista daquilo que foram os trabalhos finais agora para terminar o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal fez muito mais do que aquilo que tinha que fazer, nomeadamente espaços exteriores, coisas lá dentro. Portanto, isto não é uma questão de contas. As questões que estão aqui, são questões de ordem burocrática que a Administração Central demora a resolver porque encrava no parecer A, no parecer B. Agora, nós já fomos à ARS do Norte duas ou três vezes falar com o Presidente sobre isto. Já falei com o Dr. Miguel Portela para resolver. O Dr. Miguel Portela, também, ele próprio, tem feito diligências para resolver isto. Olhe, lá dentro, só para você ter uma ideia: Você pode estar a ser mal informada, não é? Podem-lhe estar a soprar coisas mal e, só para lhe provar que não tem nada a ver com questões financeiras, nem com questões de cumprimento, eu vou-lhe dizer, o que é que tem a ver estar aquilo cheio de material lá dentro? Quando as IPSS `s de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis já demonstraram disponibilidade para ir lá buscar o material que lá está a estragar-se. Não tem nada a ver com a Câmara. Tem a ver com a ARS do Norte que não decide. Aquilo está lá na mão de um burocrata qualquer que não toma decisão nenhuma. Agora, eu não posso lá ir com uma pistola. Nem vou. Tenho feito reuniões. Tenho pedido. Agradeço a sua intervenção, é muito importante, naturalmente, e a Assembleia Municipal é um órgão que fiscaliza a atuação da Câmara Municipal, a chamar a tenção para isto. E nós vamos aproveitar a sua intervenção e eu vou voltar, não sexta-feira, mas segunda-feira vou voltar ao barulho e dizer: - A Assembleia Municipal questionou novamente a Câmara Municipal sobre isto. - Agradeço a resolução do assunto. Só falta falar com o Ministro. Mas, acho que não se justifica falar com o Ministro da Saúde, por causa de uma situação destas. Se tiver que ser? E também não sei se ele resolve? Mas que importa resolver, importa. Aquilo está ali, a deteriorar-se. E você, só está a ver por fora. Se lá for dentro, você ainda fica muito mais

chocada do que o que estava aqui a fazer a sua intervenção porque estão lá coisas que são úteis às IPSS's. O Senhor Dr. Miguel Portela já se disponibilizou para que associações de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis lá fossem buscar o material que lá está a estragar-se, pura e simplesmente e que não vai ser preciso para nada porque a saúde já disse que não o queria para nada. Mas, a gente nem sequer lá pode entrar, porque aquilo ainda não nos foi dado. Ouça, eu agradeço a sua pergunta e naturalmente só vem reforçar também aquilo que tem sido a nosso papel para ultrapassar essa situação. Quanto á questão da Bento Carqueja. A Bento Carqueja ainda tem neste momento um protocolo com a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa. E é um projeto que nós também acarinhámos. Nós já sensibilizamos a direção da Escola Superior de Enfermagem. Há serviços ainda a funcionar ali, no antigo ciclo, em frente ao Patronato. E portanto quando aquilo estiver disponível vamos proceder em conformidade e dar-lhe outra utilização. A questão do Salão Nobre. Eu estou à espera que: Ou através dos fundos comunitários, e não é só o Salão Nobre, é o Salão Nobre e outras coisas; Ou através ainda dos fundos comunitários; Ou através do novo quadro comunitário de apoio, naquilo que diz respeito á regeneração urbana e à reabilitação urbana, que nós possamos apresentar candidaturas para resolver esses problemas. Olhe, posso-lhe falar no Salão Nobre, posso-lhe falar no Cineteatro Caracas, posso-lhe falar na Casa Sequeira Monterroso portanto um conjunto de imóveis que nós temos e naturalmente, temos que os reabilitar. Mas, como sabe, ainda hoje. Ainda hoje? Ainda agora, não está fechado naquilo que é o acordo de parceria se vai haver verbas para regeneração urbana, ou se os municípios podem ir à regeneração urbana através da eficiência energética. Portanto são coisas que estão em cima da mesa. Há uma coisa que nós temos. É projetos. E portanto, logo que abram os avisos, nós vamos meter os projetos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, meus colegas nesta Assembleia, público, comunicação social, colaboradores do Município. Esta é a Assembleia Municipal que se segue à Assembleia Ordinária de 27 de fevereiro. Venho fazer uma breve análise sobre os acontecimentos que tiveram lugar nessa passada Assembleia, antes da Ordem do Dia, que envolveu diretamente o Presidente da Assembleia e o líder do PS esgrimindo razões acerca do respeito, ou da falta de respeito, ou de falhas de respeito e que culminou com o abandono de uma parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o que constituiu um episódio a lamentar. Este abandono prejudicou grandemente o trabalho. Pois, se estamos aqui é porque nos legitimaram para aqui estar e não temos o direito de fugir às nossas responsabilidades. Estamos em crer que o decorrer dos trabalhos e o sentido de algumas deliberações ficaram seriamente prejudicadas, como podem atestar os nossos companheiros Senhores Presidentes de Junta de Freguesia da ala

Socialista. Alguém ganhou alguma coisa? Esta é a Casa da Democracia e aqui devemos todos tratar do que é essencial e termos a capacidade e controlo emocional para não nos envolvermos em querelas secundárias. Não estamos em campanha eleitoral, nem para discursos inflamados, antes para tratar os assuntos que verdadeiramente tiverem reporte direto à vida dos Oliveirenses. Ninguém se pode autoexcluir de dignificar a Assembleia Municipal com elevação, vindo tratar exclusivamente o que a Oliveira de Azeméis diz respeito. Não houve o discernimento para não pessoalizar o nosso assunto. O nosso Grupo, ali naquela ponta, ali estivemos, sentados, a assistir a trocas de acusações nas quais o Presidente da Assembleia Municipal não evidenciou controlo emocional suficiente para não se deixar envolver da forma a que assistimos. Assistimos a episódios pouco prestigiantes e falhos em sensatez, inócuos quanto a substância e exuberantes na forma. Em relação à postura do Partido Socialista, claramente, e em tom sequente do discurso inflamado de tomada de posse da Assembleia Municipal no Caracas, nós que vimos e assistimos ficamos com a convicção de que houve intenção de retirar dividendos em proveito próprio pela exploração de um caso e fazer caso de um caso. Quando se radicaliza uma situação: Em primeiro lugar: Nenhum tem a razão total; Segundo: Um vai cometer um erro fatal, de certeza. Digam-me, se não foi essa a lição retirada? O normal funcionamento deste órgão faz apelo a todos para, nos respeitarmos mutuamente e respeitar de uma forma cuidada as diferentes sensibilidades políticas aqui presentes. Pois, todos têm inteligência e vontade de servir. Em nossa opinião, pela experiência das Assembleias Municipais a que já assistimos, para o melhor funcionamento o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge, deve utilizar a sua autoridade legítima que lhe advém de ter sido o mais votado pelos Oliveirenses para este órgão, o que é incontornável. Se assumiu um quadro de valores e de responsabilidades, também deverá ser capaz de usar a autoridade quando for adequado para a boa disciplina na condução dos trabalhos. O Executivo Municipal é constituído por Presidente e oito Vereadores. O Presidente, ou outro Membro do Executivo, não deverá intervir de forma espontânea sem que lhe seja devidamente regulado pela Mesa. Se não se cumprir este principio: Então, o Vereador Joaquim Jorge também se considera legitimado para intervir. E temos que o aceitar. Foi também a participação ativa do Presidente e de um Vereador nesta discussão, que fez com que a Assembleia Municipal se tornasse ainda mais num centro de instabilidade. Por esta razão, falamos Senhor Presidente da Assembleia no exercício da autoridade. Em representação do meu Grupo nesta Assembleia Municipal, volto a repetir os nossos propósitos, aquando da nossa tomada de posse: “Tudo fazer para dignificar a Assembleia Municipal, no escrupuloso cumprimento da lei e na defesa intransigente de todos.” Repito, está na primeira ata: “Estamos igualmente empenhados em colocar os interesses do concelho acima dos interesses particulares e das táticas de ação partidária.” Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====

=====
 Boa noite a todos. Quero saudar o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, assim como a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente Dr. Jorge, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social, meus Senhores e minhas senhoras. Poderá parecer estranho estar aqui um presidente de junta de freguesia a falar de Futsal. Mas tem todo o sentido, como vão ver, porque também vou falar da minha terra. Mas primeiro, não podia deixar de me congratular com este grande acontecimento desta modalidade que se vai realizar na nossa cidade. Estamos todos de parabéns, principalmente os promotores aqueles que com muito esforço conseguem trazer para Oliveira de Azeméis estes acontecimentos que com certeza mais uma vez farão notícia na televisão. Pois, nos próximos dias 2, 3 e 4 maio, Oliveira de Azeméis irá receber a Final Four da Taça de Portugal em Futsal, no Pavilhão Dr. Salvador Machado, com as presenças confirmadas de Benfica, Modicus, Fundão e Arsenal de Parada, na vertente masculina e com a presença do CRC Quinta dos Lombos, CR Leões do Porto Salvo e o SR Estrelas de Feijó e Benfica na vertente feminina. Em conjunto com estes jogos irá decorrer também o Campeonato Interassociações Sub 16 Masculinos, que irá opor a Associação de Futebol de Algarve, Braga, Lisboa e Porto. Este evento organizado pela Federação Portuguesa de Futebol em colaboração com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Associação de Futebol de Aveiro irá ser o primeiro neste formato competitivo, pelo que se espera que seja um sucesso. Tenho a certeza que será, digo eu. Já que entre nós vai decorrer uma competição tão importante como esta, entendi que seria pertinente falar do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela que também nesta modalidade tem feito sucesso atrás de sucesso. Sinto-me um Presidente orgulhoso porque, para além deste cargo para o qual foi eleito, também sou o Vice-presidente da coletividade que movimenta cerca de 150 atletas. Então, vejamos: Seniores Masculinos - Campeões Distritais de Aveiro da 2ª Divisão; Femininos - 2º Classificados dos Distritais de Aveiro, Vencedores da Taça Final Four, Vencedores da Taça de Aveiro e participamos na Taça de Portugal e Taça Nacional, esta última já na segunda fase; Juniores Femininos - Campeões Interdistritais da Associação de Futebol do Porto e Aveiro, estamos a participar na Taça Distrital do Porto ainda a decorrer e somos finalistas na Supertaça; Juniores Masculinos – Campeões Distritais de Aveiro, participamos na Taça de Nacional e já somos finalistas da Supertaça; Juvenis – 2º Classificados nos Distritais e passagem já à fase da Taça Nacional; Iniciados – 2º Classificados nos Distritais e a participar na Taça Distrital; Infantis – Campeões Distritais de Aveiro, participação na Taça Distrital e já estão na Final da Supertaça. Para além dos êxitos, temos 3 atletas que foram chamados às Seleções. Como podem ver, é uma coletividade que não poderia aqui deixar de fazer referencia, sinto-me feliz com as vitórias que têm alcançado e tenho fé que ainda mais virão. Parabéns aos atletas, aos dirigentes, a todo o staff do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela. E, a vocês, obrigado por me terem ouvido. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Luísa Mendonça, do PSD.=====

===== Boa noite a todos. Decorreu nos dias 23, 25 e 25 de abril uma mostra do empreendedorismo e das profissões, uma iniciativa que juntos os municípios de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis bem como empresas e escolas secundárias, nomeadamente o Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro e o Agrupamento de Escolas de Búzio. “Aqui há Futuro” tratou-se de uma iniciativa que procurou aproximar os alunos, respetivas escolas e ofertas formativas dos contextos profissionais, numa Feira Intermunicipal. Nesta mostra estiverem presentes empresas dos dois municípios, permitindo que empresários de Vale de Cambra participassem em workshops em Oliveira de Azeméis, tal como de Oliveira de Azeméis em atividades com os alunos da Escola Secundária de Búzio. Paralelamente decorreram mostras de produtos e concursos, em que participaram alunos de cursos profissionais, bem como exposições que durante nos três dias do certame juntaram associações culturais de ambos os municípios. Esta foi a primeira Edição deste evento que se repetirá anualmente e sucessivamente em cada um dos Municípios. Este ano foi em Vale de Cambra, para o ano será em Oliveira de Azeméis. Procurar-se-á nas próximas edições, envolver outras escolas que tenham ofertas formativas ao nível dos cursos profissionais do ensino secundário, ampliando também a presença de outras empresas de sectores ainda mais diversificados. “A melhor maneira de prever o futuro é cria-lo” – dizia, Peter Drucker. E - “Aqui há Futuro” - acho que foi exemplo disso. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Senhor Presidente, Secretários, Executivo, Vereadores, colegas, funcionários da Câmara, comunicação social, público, considerem-se todos cumprimentados. A Linha do Vouga é uma ferrovia que serviu durante mais de um século, 7 dos mais importantes concelhos Aveirenses, desempenhando um papel determinante no apoio ao desenvolvimento da atividade económica de uma das regiões mais prósperas do país. Em novembro de 2011, anunciou-se o encerramento de toda a Linha do Vouga. A contestação de populações e autarcas travou a intenção do Governo que foi sensível ao argumento de que aquela linha de via estreita, tinha potencial de mercado, desde que modernizada. O recente relatório do grupo de trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, aqui designado por IEVA, previa investimentos de 6 milhões de euros para requalificação da linha e automatização das passagens de nível nos troços Aveiro / Águeda e Oliveira de Azeméis / Espinho. Investimento a ser feito após 2016. Reconhece ainda este relatório que, com este investimento, apenas teremos um potencial moderado de captação de passageiros. O Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, aqui designado por PETI, apresentado pelo Governo aponta para investimento 580 milhões euros no sistema de transportes nacional, sendo parte substancial afeto ao sector ferroviário. Ora, um PETI que dota a Linha do Vouga com apenas 3 milhões contraria a sua própria opção estratégica de privilégio da ferrovia no futuro sistema de transportes nacionais. E sem

passageiros e sem os montantes de investimentos adequados que permitam a sua requalificação, a Linha do Vouga não tem viabilidade nem sustentabilidade. Sabemos que é fundamental a reabilitação da bitola e a eletrificação desta linha férrea, para que seja a possível a sua interligação em Espinho à linha do Norte. Também sabemos que, para que isto seja possível, necessitamos de um investimento a rondar os 70 milhões de euros e de integrar este projeto na concessão CP-Porto e no Sistema Intermodal Andante. Por isso, esta verba prevista no PETI não serve os interesses dos municípios do Entre Douro e Vouga, nem da Área Metropolitana do Porto. Sabemos que a requalificação da Linha do Vouga foi um assunto abordado na reunião entre a Área Metropolitana do Porto, do qual o Senhor Presidente tem responsabilidades, e Sérgio Monteiro Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações. Esperamos que a tutela tenha sido esclarecida e convencida, sobre a importância desta infraestrutura. Não nos podemos resignar como fez no passado o Senhor Presidente da Câmara quando afirmou publicamente, que não acreditava que se conseguisse reverter a decisão governamental prevista no Plano Estratégico de Transportes e que deveríamos vias de transportes alternativas. Pelo contrário, precisamos de defender o nosso património e os nossos interesses coletivos de forma empenhada encarando a reconversão da Linha do Vale do Vouga como uma oportunidade estratégica. Veja-se o que é que aconteceu com a Linha de Guimarães, onde o investimento realizado permitiu que se passasse em 8 anos de 30 mil passageiros para 2 milhões. Não tenhamos dúvidas que, todos ficaremos mais pobres caso se venha a consumir o desaparecimento desta linha férrea secular e por isso, devemos lutar pelos investimentos que permitam a sua modernização e adequação às exigências dos tempos modernos. Esta linha de caminho-de-ferro, para além do seu potencial económico e turístico, constituiu um inegável património histórico/ cultural que todos temos a obrigação de preservar, sendo ainda um elemento de coesão social e reforço da intermunicipalidade dos concelhos que serve. Gostaria de fazer uma pequena achega, ou repetir uma pequena achega, à Mesa ou aos trabalhos da Assembleia, para as condições de trabalho que temos nesta Assembleia. Eu tenho ali um computador a 45 graus (45°), quase a cair. Eu pedia, nem que fosse para as primeiras filas ou segundas filas, uma mesa para podermos, trabalhar, tomar notas, fazermos um trabalho condigno que esta Assembleia merece. Fica aqui, mais uma vez, esta nota. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Esta minha curtíssima intervenção, apenas, porque na sua simplicidade ver reforçada a importância da mensagem de deixar registada mais uma passagem de Sua Excelência o Presidente da República pelo nosso Concelho. Desta vez para, por um lado, reconhecer, por outro lado, reconhecer e incentivar o potencial empresarial que, felizmente, granjeia no nosso concelho e de que, nós somos testemunhas, o país é testemunha, o mundo é testemunha e o Senhor Presidente da República quis uma vez mais, dizer presente e marcar uma

pausa perlongada do seu percurso, da sua rota, em Oliveira de Azeméis sendo sinal de que reconhece e quer que o país reconheça também este exemplo que Oliveira de Azeméis representa para o País e para o Mundo. Parece que, quase de propósito e, se calhar, aparentemente com conhecimento de causa, no seio da sua intervenção, da sua longa intervenção de carácter económico, fez uma referência telegráfica de que: Os piropos e as trocas de galhardetes políticos, não são esses que levam ao desenvolvimento da economia e ao desenvolvimento do País. Não sei se deixaria uma mensagem também para Oliveira de Azeméis? Ainda que não o fosse, eu creio que será relevante para todos ouvirmos e refletirmos, porque sem dúvida alguma que a tolerância e o empenhamento solidário no desenvolvimento de Oliveira de Azeméis são aquelas que devem ser as chaves de motivação para todos e para cada um de nós. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Procurarei ser muito breve, porque ainda temos assuntos seríssimos para este Concelho para discutir. Mas, também dizer, olhos nos olhos, sem dificuldade nenhuma, que: Considerando Senhor Engenheiro, os motivos, ou considerando os acontecimentos que assaca na sua intervenção, nomeadamente os que se referem ao início deste mandato político e que culminam na retirada da confiança política da sua comissão política: Estamos esclarecidos relativamente à lição de moral que nos procurará dar. Senhor Engenheiro, e presentes: Não vivi o 25 de abril; Nunca participei numa revolução; Nem fui à tropa sequer; Uma Chaimite para mim, é pouco mais do que uma peça de museu. Para quem viveu ou para quem nasceu já em abril, a democracia é um dado adquirido. De qualquer forma, há uma coisa que eu aprendi com o Partido Socialista e que reforcei com o Partido Socialista, ou com este Partido Socialista com o qual convivo: É que a democracia é também a capacidade de dizer: - Não. De uma forma muito séria dizer – não - quando os comportamentos se mostram inadequados e quando nós não nos revemos neles. A democracia é também a capacidade de dizer: Basta. E é essa liberdade que nunca permitira que se ultrapassem determinados limites nem que se branqueiem comportamentos que achamos absolutamente inadequados. Para lá das instituições e dos seus regulamentos, estão valores que nos fazem achar que vale a pena andar por aqui. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Quanto à intervenção do Engenheiro Pinto Moreira e do Senhor Deputado Bruno Aragão, eu não irei fazer qualquer comentário, até para

não ser acusado de perturbar os trabalhos. Quanto á questão colocada pelo Senhor José Santos. É verdade que, nós, as vezes, temos uma tendência, mas isto é se calhar defeito latino, temos uma tendência de não darmos valor a aquilo que acontece à porta de casa. Se a escola da nossa freguesia é a melhor do país ou do distrito, se está no ranking com os melhores resultados, nós não ligamos nada a isso. O que importa é outras coisas. Eu não seis se ouviram bem aquilo que o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Ossela disse do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela? O Futsal feminino é muito diferente da prática generalizada em termos masculinos. Eu associo-me aqui ao sucesso desportivo em muitos dos escalões de formação que aqui foram ditos pelo Senhor José Santos. Estamos a falar e crianças de jovens que seguramente estão mais bem preparados para os desafios do futuro, fruto desta vivência e desta cultura desportiva, portanto muitos parabéns. Nós temos apoiado também naturalmente outros clubes de Futsal. O Futsal Clube de Azeméis, a PARC em Pindelo e temos o Azagães em Carregosa também a disputar os campeonatos nacionais. E vamos ter, conforme também foi dito, um evento de relevância nacional, no próximo fim de semana, com a realização das Finais Four das Taças de Portugal de femininos e masculinos, que vai trazer um movimento enorme á nossa cidade. E aquilo que nós esperamos é que, também, o nosso próprio comércio tradicional, a nossa hotelaria e a nossa restauração possam ficar satisfeitos, depois quando fizermos o balanço desse evento. Permita-me só, Senhor Presidente, não querendo abusar da sua paciência. Mas, aproveitando a intervenção do José Rodrigues dos Santos, Presidente da Junta de Ossela, já que falou de Futsal de fazer aqui uma referência a um Oliveirense que se tem destacado de forma incontornável no Futsal. Uma vez mais, lá está, estas coisas passam-nos ao lado. O Eduardo Coelho foi só o árbitro que apitou, a UEFA Futsal Cup, a Final da Taça UEFA de Futsal, entre duas equipas internacionais, bem longe de Portugal. E esse jovem, de Bustelo, conseguiu uma vez mais estar ao mais alto nível. Portanto, aqui fica, também, ao Eduardo Coelho os nossos parabéns por este feito desportivo que é notável de um jovem Oliveirense. Quanto á intervenção da Senhora Deputada Ana Luísa Mendonça, também dar-lhe nota do seguinte: Esta iniciativa que aqui falou “Aqui há Futuro”, é uma iniciativa que prova que a intermunicipalidade não é uma palavra vã. É muito importante nós percebermos que há muitas coisas nós não podemos ter uma proximidade geográfica e depois termos um distanciamento estratégico. E portanto, esta relação com Vale de Cambra é excelente. Estamos a falar até de dois partidos diferentes, a Câmara Municipal de Vale de Cambra é presidida pelo Senhor Engenheiro José Pinheiro que é do CDS/PP. Mas, naturalmente que, nestas relações intermunicipais não há partidos. Como não há na relação com as juntas de freguesia do nosso Município. E nós procuramos encontrar soluções conjuntas e é muito importante porque estamos a falar na criação de emprego e de oferta educativa profissional. E portanto quando há esta sintonia em que empresas de Oliveira de Azeméis participam, empresas de Vale de Cambra participam, escolas participam. Eu tive a oportunidade de, visitar a Escola, estar na Escola do Búzio em Vale de Cambra e estou certo que a próxima edição do “Aqui há Futuro” será em Oliveira de Azeméis e a segunda será melhor do que a primeira e a terceira melhor que a segunda, ou seja, só temos que crescer,

mesmos fazendo um balanço muito positivo desta primeira. Eu queria felicitar as escolas: A Ferreira de Castro e a Escola do Búzio por terem feito esta parceria muito importante. Quanto à questão que o Senhor Deputado José colocou. Eu acho que nós nesta matéria: Senhor Deputado José Lourenço, eu estou totalmente disponível, apesar de uma pequena frase que diz do seu texto, eu estou totalmente disponível para, se quiser, marcar uma discussão séria, profunda, objetiva e realista sobre essa matéria. Porque nós temos de ter uma estratégia para esse assunto. E, como sabe, na questão da Linha do Vouga, ela tem de ser analisada em dois planos. E isto tem de ser dito de forma séria, Senhor Deputado José Lourenço. E o Senhor tem que dizer se concorda ou não concorda com esta análise, para podermos discutir esta matéria, porque é uma matéria muito, muito, muito importante. Que é, ela tem de que ser vista em dois planos, Sernada / Oliveira de Azeméis e Oliveira de Azeméis / Espinho, porque são duas realidades diferentes. Uma tem o estudo feito e a outra não tem. Uma tem potencial de mercado e a outra não tem. E portanto, nós temos também que definir o que é que queremos. Porque, se quisermos tudo, podemos correr o risco de perder tudo. Porque repare, Senhor Deputado José Lourenço, eu sei que o Senhor conhece isso bem. Eu também defendo as tradições. Eu também gosto de ir à Sernada, eu gosto de andar no comboio, gosto de andar no Vouginha, gosto de ir a Espinho, já fiz isso tudo sem comunicação social. E deixe-me dizer-lhe o seguinte: Quando, por razões de segurança, a REFER anunciou que as automotoras tinham que andar a 10 km/h. E que era absolutamente impossível isso acontecer. A REFER e a CP combinaram disponibilizar um autocarro. Passado uma semana, as mesmas entidades, transformaram a oferta do autocarro num táxi. Isto tem um significado, certo? E o táxi parece que nunca vai cheio. Porque, se fosse cheio, o autocarro tinha que ter voltado. Portanto, nós temos que perceber bem o que é que estamos aqui a falar. Defender a Linha? Com certeza. Património histórico espetacular. O Senhor Deputado José Lourenço conhece muitas outras Linhas: Aquele Linha, que acompanhava a Estrada Nacional 16, que ligava Albergaria a Viseu. Hoje é uma ciclovía; A Linha que ia de Viseu a Tondela. Hoje, é uma ciclovía. Como há muitas outras Linhas. Eu não estou a defender nada disso. Eu só estou a querer pôr as coisas em cima da mesa, de forma muito clara. O IEVA contempla a Linha do Vouga. Mas, como sabe, o IEVA até é restritivo na elencagem dos investimentos a fazer. E contempla com 6 milhões de euros. O Senhor Secretário de Estado, a mim, disse-me que era melhor ter 6 milhões de euros do que não estar no IEVA. O que eu sei, Senhor Deputado José Lourenço e o Senhor também sabe porque foi mandado fazer um estudo pela Área Metropolitana do Porto à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e esse estudo da ligação de Oliveira de Azeméis/ Espinho / Porto significa um investimento de perto de 60 milhões de euros. Evidentemente que o Senhor Secretário de Estado, a exemplo do que disse para outros investimentos, nomeadamente a ferrovia, portuários e outros, fala sempre na possibilidade de existirem privados, de existir capital privado, de haver capital privado que acompanhe. E isso entra naquela lógica da concessão. Da concessão da Linha. E portanto, como sabe, o Senhor Deputado sabe porque falou na Linha de Guimarães. A Linha de Guimarães, foi concessionada no âmbito da CP Porto. E por isso, é que passou de 300

mil pessoas para 2 milhões. Mas, a Linha foi modernizada, houve um investimento, houve um concurso que obrigou a esse investimento. É isso que nós queríamos e queremos que aconteça, para já, no troço Oliveira de Azeméis/ Espinho. Porque não tenho dúvida nenhuma que, se nós quisermos tudo, podemos correr o risco de perder tudo. E portanto acho que nós podemos aqui apostar estrategicamente nesta situação. Repare, há aqui um outro factor, Senhor Deputado José Lourenço, que eu queria chamar a atenção, naquilo que diz respeito ao Portugal 2020, à estratégia Portugal 2020, que se prende com a descarbonização. Que é que isto significa? A questão da emissão de CO₂. Fundos do ambiente que à partida não são fundos para mobilidade mas que: Se você quer despoluir; Quer descarbonizar; Se quiser acabar com a produção de CO₂ ou reduzir drasticamente a emissão de CO₂, é evitar que os carros andem na estrada, os carros, os autocarros e essas coisas todas e portanto é apostar na ferrovia. Portanto, também aí, nós temos de estar preparados e atentos para as oportunidades que nos possam aparecer. E portanto, eu sou também favorável à requalificação da Linha do Vouga, na sua totalidade. Acompanho-o na sua preocupação. Agora, temos de ser pragmáticos, temos de ser pragmáticos e sei que o Senhor Deputado José Lourenço também o é. E portanto, esta matéria é daquelas (eu já hoje ouvi aqui duas ou três intervenções) que não vale a pena atirar pedras a ninguém. Ou nos concentramos, naquilo que é essencial, ou nos unimos naquilo que é essencial, ou se andamos aqui a dizer: Que um Presidente berra mais alto, porque fala mais alto, porque fala faz isto e o outro não faz e o silêncio... Aqui ninguém se silencia. Este projeto faz parte do Plano Estratégico de Base Territorial da Junta Metropolitana do Porto. Aprovado no mês passado. E está lá a Linha do Vouga como prioritária, definido por todos os 17 Senhores Presidentes de Câmara da Área Metropolitana do Porto, como está por exemplo a ligação Santa Maria da Feira/ Arouca, também considerada importante, está ao mesmo nível. Portanto vamos ter fé e vamos continuar a trabalhar no sentido de conseguir concretizar essa aspiração e esse sonho de todos. Para terminar. Quanto à intervenção do Senhor Deputado António Rosa. Só dar nota que, naturalmente foi importante e motivo de orgulho, julgo eu, para comunidade Oliveirense que o Senhor Presidente da República num roteiro importante, que era o roteiro para uma economia dinâmica, tivesse escolhido o nosso concelho para almoçar, por um lado, com empresários e, por outro lado, também para visar uma empresa extraordinária, um exemplo de inovação permanente que é a Polisport, na freguesia de Carregosa e foi uma empresa que já teve o prémio COTEC Inovação, uma empresa que trabalha perto de 100% para exportação (97% ou 98%). E portanto, não deixa de ser interessante que, para além de uma visita a uma empresa que, depois, o Senhor Presidente da República tenha escolhido Oliveira de Azeméis para transmitir uma mensagem política forte como foi o discurso que teve oportunidade de fazer. Já agora, também dizer-lhes que, segundo os últimos dados das exportações o Município de Oliveira de Azeméis está orgulhosamente no top 20 nacional e ocupa do ponto de vista nacional a 15ª posição. Ou seja, as nossas empresas, o conjunto de empresas do nosso município, exportaram 717 milhões euros que nos coloca, nos 20 primeiros lugares, a nível nacional, mais concretamente em 15º lugar. E isto, naturalmente, também é motivo de orgulho para todos nós.

Mas, acima de tudo mais orgulho ainda para a comunidade empresarial que temos nosso município que é extraordinária, que é exemplar e que tem conseguido, como poucos concelhos têm feito, transformar as suas dificuldades em oportunidades inovando, tendo novos produtos, procurando novos mercados. E é por isso também que a nossa estratégia de desenvolvimento assenta na construção de uma nova área de acolhimento empresarial, como é o caso de Loureiro, e como foi o investimento que fizemos da construção da Escola Superior Aveiro Norte para que a Universidade de Aveiro possa também aqui nos ajudar a crescer nesta estratégia de desenvolvimento. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado Bruno Aragão queira saber, desde já, que eu o tenho por um homem com grande sabedoria. Mas lhe digo, que: A gente às vezes pensa que sabe tudo, mas não sabemos. O Senhor fez uma intervenção não para falar das minhas ideias, só, mas, para me desvalorizar. E fez alusão a aquilo que se passa no meu Partido. O Senhor deve estar tão satisfeito com os resultados do seu Partido, com os resultados que tem atingido, tão satisfeito, que se preocupa agora com a vida dos outros Partidos. Quero-lhe dizer, que: Quem está no convento é que sabe o que lá vai dentro. Entende? Além disso, e pela sabedoria, e falando de sabedoria: As questões que reporta ao Presidente do meu Partido, que reporta ao meu Conselho Nacional, e eu que lhe reporto diretamente. Como líder nesta Assembleia Municipal, a mim compete tratar desses assuntos. São assuntos que o Senhor nem sabe discutir. Para que é que se mete a discutir assuntos dos quais não sabe discutir, nem são da sua competência. Senhor Deputado, resume-se aqui á dignificação desta Assembleia e tratarmos das ideias políticas na, diferença democrática. Aceito que conteste as minhas ideias. Mas nunca que me desvalorize. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. De facto, peço desculpa, como entenderá, não podia deixar passar uma intervenção deste tipo. Volto a dizer, aquilo que digo em muitas assembleias: - Agradeço que, quando o Senhor Presidente colocar a ata à discussão desta Assembleia, releia a minha intervenção no sentido de ver em que sentido é que eu interfeiri no seu Partido ou disse alguma coisa sobre si. Cingi-me aquilo que foi um comunicado político público, sobre uma determinada situação. Nem mais um comentário sobre isso. Depois justifiquei, como voltaria a justificar, a atitude e o comportamento que tivemos naquela Assembleia sobre o qual seremos sempre os primeiros, frontalmente, a dar a cara e a responder. Senhor Presidente, se me permite também e já que aqui estou numa interpolação à Mesa,

considerando o adiantado da hora e a preocupação que é sempre a primeira em democracia, permitir que se houver público interessado em falar e se Assembleia assim o entender para não esperar pelo fim desta Assembleia que possam intervir entre o PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia) o e Período da Ordem do Dia. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====

===== Muito obrigado. Nós ainda temos este Regimento. Nós temos que nos cingir ao que o Regimento diz. Eu penso que, dado o adiantado da hora, se vamos perder mais tempo nesse tipo de discussões, vamos demorar mais tempo e mais a Assembleia se vai prolongar para horas muito não convenientes. Aliás, passo a ler aqui o Artigo 14º deste Regimento que diz o seguinte: “ A Assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 24:00 horas, salvo deliberação expressa do Plenário.” Agora, há assuntos, como compreende e como reconhece, importantíssimos para tratar nesta Assembleia. Se o Plenário assim o quiser, eu não tenho problema absolutamente nenhum. Agora, acho que é prioritário neste caso e dadas as contingências, o tempo do Período de Antes da Ordem do Dia foi largamente excedido, iríamos respeitar o Período do Público. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

*===== **Ponto um:** Votação das atas n.ºs 1 e 2; =====*

===== Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 1 – da Primeira Reunião da Assembleia Municipal, realizada em 19.10.2013; n.º 2 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.11.2013. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== Colocada à votação, a ata n.º 1 da Primeira Reunião da Assembleia Municipal, realizada em 19.10.2013 foi aprovada por maioria, com uma abstenção. =====

===== Colocada à votação, a ata n.º 2 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.11.2013 foi aprovada por maioria, com uma abstenção. =====

*===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====*

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Muito obrigado, Senhor Presidente. A informação foi distribuída e se alguém tiver alguma questão a colocar, eu estou disponível para dar esclarecimentos, Senhor Presidente. ==

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

=====
A Assembleia tomou conhecimento da referida informação. =====

=====
Ponto três: *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2.º semestre de 2013 –*
Apreciação; =====

=====
Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2º semestre de 2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Senhor Presidente, também foi distribuído o relatório e é para apreciarmos. Há aqui relação com os pontos seguintes, não sei se Assembleia quer discutir tudo em conjunto ou se podemos fazer em separado? Da minha parte, há disponibilidade para uma ou outra coisa. E portanto, relativamente a isto, se alguém quiser colocar alguma questão, eu estou à disposição.

=====
A Assembleia aceitou a sugestão do Senhor Presidente da Câmara em efetuar a análise conjunta dos pontos três, quatro, cinco, seis, sete e oito. =====

=====
Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção. =====

=====
Eu vou ser, também, naturalmente, breve relativamente a esta matéria procurando cingir-me aquelas que são as questões normalmente abordadas e discutidas nesta Assembleia Municipal relativamente aquelas que são as nossas contas, neste caso em concreto, do ano

2013. E portanto dizer-vos que: O ano 2013 foi um ano difícil, como têm sido os anos até aqui, e foi também de forma objetiva, transparente e clara um ano de eleições autárquicas. E portanto, na análise que fazemos às contas, não devemos, aqui, fugir desta mesma situação. Apesar disso, o Município de Oliveira de Azeméis em 2013 atingiu um resultado líquido de 1.952.253,30€ (um milhão novecentos e cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta e três euros e trinta cêntimos). Bem sei que não era o resultado líquido que estava previsto, não era o resultado líquido que as nossas expectativas apontavam, mas não podemos deixar de fazer referência a que mesmo atendendo a todas as contingências nós conseguimos atingir esse mesmo resultado líquido. Também na senda daquilo que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos a dívida total do município foi reduzida em perto de 1.7 milhões de euros, estamos a falar de 1.696.671€ (um milhão seiscentos e noventa e seis mil seiscentos e setenta e um euros), ou seja, relativamente ao ano anterior. Quanto ao endividamento líquido municipal. Há aqui também uma redução que é claramente acima daquele que é o limite mínimo de redução imposto pela legislação em vigor, nomeadamente aquilo que é o nº 2 do artigo 37º da Lei 2/2007. Ou seja, a redução do endividamento líquido municipal foi de 2.499.841€ (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil e oitocentos e quarenta e um euros), portanto, conforme disse, claramente acima daquilo que do ponto de vista legal estamos obrigados a fazer. Quanto ao endividamento com os empréstimos bancários de médio e longo prazo. A redução atingiu 3.644.700€ (três milhões seiscentos e quarenta e quatro mil e setecentos euros), ou seja, também aqui claramente acima daquela que é a redução imposta. Uma referência: Porque, normalmente, nos últimos tem sido uma referência feita com bastante veemência que é: - Tem-se dito muitas vezes que, atinge-se os resultados às reduções mas ela é muito à custa do investimento. Ou seja, o que acontece nas contas 2013 é que nós temos um aumento de investimento relativamente a 2012 que aumenta 240%. E portanto estamos a falar de um investimento de 8.7 milhões, estamos a falar de 8.699.641€ (oito milhões, seiscentos e noventa e nove mil e seiscentos e quarenta e um euros), portanto há aqui um aumento relativamente a 2012 de 240%. Permitam-me também uma palavra, porque é normal fazer-se, relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores. E sobre essa matéria, aquilo que é o nosso exercício, a nossa prestação de contas, aquilo que nós enviamos para os órgãos próprios nomeadamente para o Ministério das Finanças e para outras instituições que temos de mandar, o prazo médio de pagamentos passou para 102 dias. Portanto há aqui um aumento de 26 dias relativamente a aquilo que tinha sido o ano anterior. Como sabem, nós também temos aqui o limite legal que são 180 dias. Mas há aqui uma diferença relativamente ao ano passado. Não posso deixar, porque são dados aquilo que nós podemos chamar de dados quentes: A Direção Geral das Autarquias Locais publicou, ontem mesmo, a lista do prazo médio de pagamentos registado município a município; E não posso deixar, é o que eu digo, já aconteceu também no ano passado, e eu não queria deixar de o fazer: Aponta o Município de Oliveira de Azeméis a 31 de dezembro de 2013 com um prazo médio de pagamento a fornecedores com 53 dias. E portanto são dados da DGAL publicados ontem. E tenho aqui a relação de todos os municípios relativamente a estes valores que são importantes

também naquilo que tem sido o esforço de pagamento a fornecedores. Como sabem, agora, temos aquela situação dos pagamentos a 90 dias fruto da Lei dos Compromissos e portanto queria também partilhar convosco esta informação, como disse que é de ontem, foi publicada ontem mesmo no site da DGAL. E portanto como prometi, Senhor Presidente, ser breve na análise, fico por aqui. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, António Rosa e Carlos Costa Gomes, do PSD; José Ribeiro e Bruno Aragão, do PS; e António Pinto Moreira, do CS/PP. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Uma leitura sucinta dos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, relativamente ao ano de 2013, revela-nos cinco grandes números, cinco conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, é que: O património do município cresceu, em 2012, 2,3%, estando agora contabilisticamente valorizado em 185.500.000€ (cento e oitenta e cinco milhões e quinhentos mil euros). O segundo ponto, é que: O resultado líquido do exercício foi positivo e foi de 1.952.000€ (um milhão novecentos e cinquenta e dois mil euros). Significa isto que, pelo oitavo ano consecutivo, o Município gera um superavit apresentando resultado positivo. Uma terceira conclusão: Diz respeito à dívida total do Município que foi reduzida, em 2013, em 1.697.000€ (um milhão seiscentos e noventa e sete mil euros). A dívida do Município de Oliveira de Azeméis acumula desde 2006 uma redução de quase 19.000.000€ (dezanove milhões de euros). Quarta conclusão: Respeitante ao endividamento líquido que, baixou em 2013 perto de 2.500.000€ (dois milhões e quinhentos mil de euros), regista a 31 de dezembro um valor de 34.717.000€ (trinta e quatro milhões e setecentos e dezassete mil euros). É importante destacar, relativamente a este número, que ele significa hoje menos de metade do valor alcançado em 2006. Quinta conclusão: É que o montante de investimento executado em 2013 foi, como referiu o Senhor Presidente, de 8.700.000€ (oito milhões e setecentos mil euros). Cinco conclusões, destas contas do Município referentes a 2013. Este investimento que acabei de referir 8.700.000€ (oito milhões e setecentos mil euros) tem para nós um triplo significado: Significa, em primeiro lugar, uma inversão da tendência verificada ao longo do passado recente na retração da disponibilidade do Município de Oliveira de Azeméis para investir. Significa, em segundo lugar, que aqueles que afirmaram catastroficamente, que a capacidade do Município para investir estava irreversivelmente amputada em resultado do condicionamento imposto pelo Plano de Saneamento Financeiro, afinal não estavam certos. A terceira conclusão: Terceiro significado deste investimento, significa sobretudo que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, diz - presente e se mostra à altura do enorme desafio que tem em mãos - que é: O de fazer face aos grandes e estratégicos projetos que tem em curso para estruturar o futuro de

Oliveira de Azeméis e dos Oliveirenses. Caríssimos, conciliar objetivos de redução de dívida, redução de endividamento, alcançar um resultado positivo e ampliar os níveis de investimento é um desafio que seria sempre grande e exigente em qualquer circunstância. Mas, haverá alguém que em verdade não reconheça, que nas atuais condições de contexto económico, político e social, este é um desafio redobrado na exigência, na complexidade, na dificuldade de superação? Haverá alguém que numa análise cerebral fria e objetiva seja capaz de afirmar que os resultados do Município de Oliveira de Azeméis que nos são apresentados, não são o resultado de uma gestão responsável e competente? Pois, nós cremos que estes resultados que iremos votar favoravelmente encarnam em si, uma postura responsável, uma atitude positiva, uma gestão competente, um sentimento de confiança. Confiança que, é sempre possível fazer mais e melhor, mesmo com menos. Mas esta nossa confiança, inabalável, é acompanhada de uma grande e habitual dose de tolerância, para convivermos e aceitarmos opiniões que porventura não coincidam com as nossas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores-. Hoje estamos aqui a analisar a competência desta Assembleia e nos termos legais a apreciação do relatório e gestão de contas do exercício económico-financeiro, da Câmara Municipal, de 2013. Senhor Presidente tendo em conta os objetivos delineados que visavam o equilíbrio económico-financeiro para a obtenção da capacidade da redução da dívida, do endividamento líquido e do endividamento de empréstimos, devemos dizer o seguinte: Como todos nós sabemos as condições desfavoráveis ao nível económica e financeiro que a todos nos toca e todos estamos sujeitos, quer no sector privado, quer no sector público, as dificuldades advém de grandes constrangimentos provocados pelos cortes orçamentais, pela desconfiança ou pela falta de desconfiança de investidores no território nacional e uma conjuntura macroeconómica ou microeconómica que a todos sufoca e que, previsivelmente ou imprevisivelmente para alguns, na nossa perspetiva não foram suficientes para contrariar a linha de rumo traçada pelo executivo camarário. Isto é: Reduzir a dívida e investir - é uma equação, que eu julgo, com alguma dificuldade para realizar. Isto, Senhor Presidente, foi conseguido. E os números, que o Senhor acabou agora de proferir e recalcados pelo meu colega António Rosa, não enganam. A dívida reduziu cerca de, enfim, dois milhões euros (2.000.000€) ou um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€). E muitos poderão dizer que o objetivo principal não foi atingido. Mas, para ver, é tentar ver antes do acontecimento. E, como sabemos, muitos fatores externos e até internos, como reconhecemos, estão na origem de muitas das nossas previsões. Creio eu que: - Quando sair daqui, não sei a que horas, demoro um quarto de hora (15 minutos) a chegar a minha casa; Prevejo eu - Não sei, se chego lá num quarto de hora (15 minutos). Tendo em conta os objetivos delineados vemos neste relatório de gestão, não só a redução da dívida mas em conjunto com a

redução da dívida também a redução do endividamento líquido do Município em mais de dois milhões de euros (2.000.000€) e, ainda, a par desta redução, Senhor Presidente, é verificável também a redução de empréstimos bancários, ambos e ambas as parcelas acima do limite mínimo permitido por lei. Paradoxalmente, às reduções sucessivas que referi, devo dizer claramente Senhor Presidente juntamente com o seu Executivo, como já lhe disse também, consegui realizar uma equação difícil de concretização, creio que não está à altura de muitos, que é: Reduzir mais investir. Isto é que dá o ambiente, isto é que dá o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Na verdade, estamos perante resultados de uma gestão competente e que prova ter competência. Alguns, Senhor Presidente, advogam serem donos da competência. Alguns afirmam-se peritos na gestão da coisa privada. Mas estamos a falar da coisa pública. Certamente devemos ouvir e acolher opiniões e achegas para concertar estratégias de melhoria. Isto é um dever da Casa da democracia e deve ser tido em conta. Reduzir e investir, como disse, é difícil. Mas é possível. E, Vossa Excelência reduziu e investiu e tornou possível esta equação que parecia impossível. E, não me queria aqui alongar nos números, porque eles já foram referidos mas, o investimento executado em 2013 foi mais de 204%. Uma nota que deve ser realçada. E foram investimentos que todos nós já falamos várias vezes nesta Casa: Investimento no Parque do Cercal, que vai acolher uma unidade superior de ensino e mais uma vez Oliveira de Azeméis está na linha da frente nesta área do ensino superior. Quantas famílias desejam esta unidade de ensino superior perto de suas casas? É uma aposta com visão de futuro e com uma visão alargada. A Área de Acolhimento Empresarial que também foi um investimento de grande monta. E, também agora, que já foi aqui referido ainda hoje, o Parque de La-Salette com um investimento de quinhentos e setenta mil euros e que se crê e prevê terminar antes das Festas. Mas, não foi só isto, Senhor Presidente, houve investimento em várias áreas: Qualidade de vida e desenvolvimento urbano; Na Ação Social e na Ação Cultural. Basta fazer um zapping pelos jornais concelhios e vemos um manancial de atividades culturais e sociais que são desenvolvidas por este Executivo; Não podemos esquecer o Ambiente e a Educação, também, entre outras atividades que, também, interferem e muito no orçamento anual desta Câmara. Senhor Presidente queria-me referir ainda a outro ponto deste relatório e contas que é os Custos e Proveitos que, o ano passado, estiveram na casa dos trinta milhões de euros (30.000.000€) mais 8%, é verdade. Mas, também se deveu ao facto de um aumento de 11,2% com custos com o pessoal. Isto, como sabemos, tem em conta a questão do subsídio de férias e de natal parcialmente reduzidos no ano transato. E, por isso, também o aumento das contribuições. Também temos aqui a ver com os custos e perdas extraordinárias com as transferências de capital para as Junta de Freguesia em mais de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000€), mais 172% do que em 2012. E por fim, de tudo isto, um resultado líquido de quase dois milhões de euros (2.000.000€). Não vou sintetizar aquilo que já disse o Senhor Presidente, mas para dizer-lhes o seguinte: Podemos dizer claramente que a situação financeira do município não sendo um mar de rosas, que não é com certeza, está a trilhar um rumo certo. Todos os anos, como demonstram os mapas contabilísticos, tem havido melhorias na execução e na gestão

económico-financeira. Por isso, Senhor Presidente, o voto favorável, que já foi aqui dito pelo meu colega e Bancada, que corresponderá à nossa total aprovação e também corresponde, tenho a certeza, à vontade do voto dos Oliveirenses que acreditaram no seu projeto. Um projeto que é para Oliveira de Azeméis e por Oliveira de Azeméis. Reduzir a dívida, reduzir o endividamento, investir e ter um resultado líquido positivo ao mesmo tempo, denota na minha perspectiva, Senhor Presidente, uma capacidade de inovação mas também criatividade e engenho para responder às necessidades latentes quotidianas, denota uma capacidade de resiliência e de não desistir ou de não abandonar mesmo quando está perante extremidades complexas. O seu Executivo, Senhor Presidente, prova com este relatório que é possível ser criativo e inovador. Isto é: Reduzir e investir. E ser criativo e inovador: Não é descobrir o Santo Graal; Não é procurar a visão do futuro sem o presente; Não é procurar o produto ou a forma que mudará o mundo; É sim, ter uma atitude. E o seu Executivo tem atitude. Por isso, hoje, ainda há bocado ouvimos dizer, aqui, nesta Assembleia, que: Nós podemos dizer, não. E podemos dizer, sim. Senhor Deputado Bruno Aragão, o Partido Socialista, creio eu que nunca foi nesta Casa impedido de dizer não e de dizer sim. Até porque, dizer não e dizer sim não pode impedir a dignidade e o respeito pela pessoa em que cada um de nós é eleito e intrínseco. Mas tem certamente agora uma boa oportunidade para dizer sim. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Ribeiro, do PS. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social e público presente. Senhor Presidente, eu pedia autorização para passarmos uns slides, que tínhamos preparados e que já deixamos aos serviços, que irão acompanhar a minha apresentação. A análise que trago aqui hoje, tem novamente a ver com números. Sendo esta, de certa forma, a minha área de formação. Gosto de números mas, gosto principalmente porque, como se costuma dizer, os números não mentem. Após análise aos documentos aqui apresentados, como foi eleito para este órgão apenas neste mandato precisei de recordar o que foram os últimos meses e procurei nos meus arquivos a entrevista do então candidato Hermínio Loureiro ao jornal “Correio de Azeméis” em setembro de 2013 onde o mesmo realçava a situação financeira da autarquia traçando um cenário otimista, e, digo eu, eleitoralista, sobre os números a apresentar no final do ano. Sobre a dívida e passo a citar, para que todos possam avivar a memória, dizia o então o candidato: “ - Nesta matéria, a melhor resposta é os números que falam por si. – A dívida que já andou nos cinquenta e seis milhões de euros (56.000.000€) ficará no final deste ano a rondar os trinta e cinco milhões de euros (35.000.000€).” Ainda equacionei que pudesse ser uma gralha uma vez que nesse trimestre a dívida situava-se ainda nos trinta e nove milhões de euros (39.000.000€). Mas, numa consulta ao site da campanha, lá estava o mesmo número: 35 milhões de euros. Dei

o benefício da dívida a quem, apesar de estar na posse de todos os números, erra em 10% no montante da dívida. Só que, não estamos a falar, por exemplo, de um orçamento, de uma coisa que estimamos para o próximo ano. Estamos a falar de uma previsão a 3 meses. Ora, vejamos, então, como é que ficou a dívida: Aqui, podemos constatar que o “bom presidente” não acertou no valor da dívida. A gestão muito rigorosa e equilibrado falhou, rotundamente, mais uma vez. Voltamos então à entrevista, a ver se acertamos em mais alguns números. Sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores é afirmado: “ tudo isto tornou possível ainda uma diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores que era de 146 dias em 2009 e agora é apenas de dois meses e poucos dias.” Os tais dois meses e poucos dias, seriam os 68 dias anunciados como objetivo para 2013 e publicitados no final de 2013 na revista de propaganda oficial da autarquia. (Conforme se pode ver nesta imagem). Aqui, não só errou como mentiu. Será que, neste numero tão importante para a economia local, que até mereceu honras de destaque nas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal em Assembleia Municipal ao referir que: “Este ano (2013) o recurso ao PAEL vai ter maiores necessidades. Mas com a vantagem dos nossos fornecedores estarem mais desafogados.” E ainda, quando afirmou em finais de 2012, referindo-se aos fornecedores: “ que sabem que estamos a pagar e esperamos pagar a 70 dias, em termos de prazo médio de pagamento. A 70 dias em 2013.” Eu acho que isso é uma boa notícia. Será que temos então a boa notícia? Já todos sabemos que não. E que, mais uma vez, os números apresentados sucessivamente não passaram de mera retórica política. Conforme consta do relatório, o prazo médio de pagamento a fornecedores é de 102 dias. Mais 34 do que o previsto no PAEL e mais do dobro previsto no Plano de Saneamento Financeiro que era de 49 dias. Este dado é tão revelador do incumprimento da autarquia, pois surge logo no ano de implementação do plano do PAEL o suposto empréstimo contraído para fazer face às dívidas de curto prazo regularizando a situação com fornecedores. Na altura justificou-se a contratação deste empréstimo, quando a dívida a fornecedores era de três milhões e duzentos mil euros (3.200.000€), tendo a autarquia o compromisso de redução de dívida a fornecedores para um milhão e novecentos mil euros (1.900.000€). O resultado atual é uma dívida a fornecedores de quatro milhões e setecentos mil euros (4.700.000€), mais do dobro previsto. E se, aqui, incluirmos as verbas pagas pela Direção Geral do Tesouro em nome da Câmara Municipal, no valor de um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), teremos outras dívidas a terceiros na ordem dos seis milhões e quinhentos mil euros (6.500.000€). Algo que era o que se pretendia evitar com o PAEL e que a gestão apregoada de excelência não conseguiu cumprir como demonstram os números. Outros números poderiam ser apresentados para aferirmos da falácia do discurso político do PSD local. Neste exercício, bastava ler o relatório de gestão e constatar desde logo no item dedicado à gestão pública eficaz em que se preconizava como objetivo para 2013 garantir o equilíbrio económico-financeiro e em que o Relator confirma desde logo que, globalmente os objetivos iniciais não foram atingidos. Ou seja, pretendia-se um superavit financeiro de quatro milhões e setecentos mil euros (4.700.000€) e cumprimos apenas 50%. Senhor Presidente, aguardo com expectativa a nova edição da revista de propaganda da

Câmara Municipal, por forma a completar o meu arquivo. E espero que se reveja nestes números e os publique de maneira a informar com clareza os Oliveirenses do resultado do exercício e dos incumprimentos registados resultado de uma política meramente eleitoralista que marcou o ano 2013. Por fim, queria acrescentar que, não bebo do mesmo discurso quando nos vangloriamos pelo aumento de investimento de 240%. Isso, para mim, quer simplesmente dizer que em 2012 não houve investimento. E não que em 2013 tivemos mais investimento. E ainda, que, não percebo, também, esse manifestar, essa opinião de cumprir apenas os objetivos mínimos legais impostos e não o que tínhamos aprovado e aprovado aqui em orçamento. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Caríssimos, sem qualquer problema, eu: - Digo, sim. Digo, sim. Finalmente percebi o que é que queria o PSD dizer quando, numa Assembleia Municipal, referiu que até a Merkel deveria beber da gestão deste executivo, também podem ler nas atas ipsis verbis. Sim. Agora, percebi. Senhor Presidente se me permite começar a minha intervenção pelas questões, ao contrário do que é habitual. Superavit em 8 anos, com PPI's que nunca foram cumpridos? 240% de investimento, num investimento de pouco mais de oito milhões de euros (8.000.000€), num orçamento de mais de trinta milhões de euros (30.000.000€), cujo a parte do investimento de cerca de seis milhões e quinhentos mil euros (6.500.000€) ficou retido na área de Acolhimento UI/ Loureiro e, no Parque do Cercal, com todo o resto do município a ficar sem investimento digno desse nome? Redução de dívida, quando continuamos afastados do Plano de Saneamento Financeiro? Recordo a assembleia onde, pela única vez, nos aproximamos do Plano e o tipo de discursos que lá foram proferidos. Redução da dívida a médio e longo prazo, quando aumentamos a dívida a fornecedores mesmo depois de um plano próprio para as pagarmos? Reduzir e investir não é possível, quando pagamos seiscentos e cinquenta mil euros (650.000,00€) de rendas como foi o caso em 2013? Muitos poderão dizer que o objetivo não foi cumprido quando o próprio relatório diz. Meus senhores, chega a ser cansativo ouvir a mesma coisa: Que a gestão é de excelência; Que os números são bestiais; se não são bestiais são quase e a culpa é da economia, é da crise é da oposição, é da chuva, é das pessoas que não atendem nas reuniões, é do Sócrates e da Troika; Que o investimento é muito visível; Que o Plano de Saneamento Financeiro está a ser cumprido; Que mais uma vez os números são evidentes; E que a oposição está sempre a dizer mal num registo de critica permanente. Mas também, desculpem-me - mea culpa - chega a ser absolutamente cansativo dizer sempre a mesma coisa: Que os Orçamentos são maus; Que as execuções são más; que a dívida é gigante; Que pagamos muitos juros; Que o que investimos é muito reduzido; Que o encargo com o pessoal é pesado; Que o prazo médio de pagamento é grande; Que a gestão é má. É tudo tão cansativo, muitas vezes, que fico muitas vezes convencido

que quem nos ouve, fica confuso e, pensará certamente que estamos a falar de dois Concelhos, pensará até que a oposição critica porque sempre critica e que a situação elogia porque sempre elogia. Na verdade o debate, quando existe e é permitido, parece igual todos os anos. Como se em 5, 6, 7 anos, sobretudo desde 2008 a esta parte tivéssemos ficado parados nesta discussão. Como se o PS e o PSD não fossem capazes de acrescentar mais nada, quando falamos em Orçamentos e Contas. É cansativo de facto, sobretudo porque a realidade é uma só. E hoje lá nos propormos fazer o mesmo exercício para no fim acabarmos, como muitas vezes: Uns, a sentirem-se vítimas da crítica e os outros, preocupados como que consideram ser um problema seríssimo. Quando ao que se vende e se quer fazer passar, acho que não há muitas dúvidas depois do que já apresentamos. Foi mais do que visível e cada um tirará a suas conclusões. Podia ser uma questão pontual. Não me parece. Mas sinceramente, sem críticas, e depois de se falar de tendências, deixemos cada um refletir. Pedia que pudessem colocar, Senhor Presidente, a mesma apresentação. Como dizia, podia ser uma questão pontual. Não parece. Mas, sem críticas, deixo a reflexão para cada um. Se analisarmos a diferença entre os investimentos previstos e os investimentos executados, não há dúvida do que tem acontecido. Poderíamos citar, para cada um destes anos, o que se lê no relatório que também aqui já foi referido: “Globalmente, em cada um destes anos, os objetivos iniciais não foram atingidos (página 273, do documento que nos foi apresentado).” E não foram atingidos também, como sempre o dissemos: - Porque, para além das dívidas, a estrutura pesa e pesa cada vez mais. O peso das despesas correntes, que aqui podemos ver (gráfico), tem uma tendência crescente, como prova a linha que sobe. Isto é matemática. E o peso das despesas de capital, sem qualquer dúvida, tem um peso cada vez menor como mostra a linha de tendência respetiva. E isto tem, entre outras, razões perfeitamente identificáveis: trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e três, oitocentos e trinta e duas (37.873.832) razões. Dr.º António Rosa, ao contrário do que disse, na última Assembleia Municipal, não tenho nenhum fetiche por si mas, acredite, tenho urticária com uma gestão deste tipo. Também aqui, não há muito a dizer e os números são factuais. Apenas aproveitar as palavras que vem no relatório de contas e cito novamente: “ Globalmente os objetivos iniciais não foram atingidos.” O Plano de Saneamento Financeiro continua a ser um plano do qual andamos sempre arredados. E repare-se: Nem cumprimos o Plano de Saneamento Financeiro; Nem cumprimos os PPI´s; Nem conseguimos níveis de execução condignos. Não critico nada. Meus senhores: Todos estes números resultam dos sucessivos relatórios e orçamentos que aqui temos aprovado, nem um único é da nossa autoria ou resulta de um processo de especulação. São todos números reais sem previsões. Senhor Presidente na aprovação que conduziu a este relatório, em 2012, o Senhor Presidente disse, e estou a citar: “Este é um Orçamento de realidade”, como consta da ata que já aprovamos. Uma pergunta concreta, caso consiga responder: - Neste exercício de apresentação de contas, onde está, afinal, esse Orçamento de realidade? Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Começando pela Certificação Legal de Contas, ela apresenta reservas e ênfases que são bastante relevantes e com impacto sobre os resultados e as contas do Município. Um - com a dissolução da GEDAZ e a internalização dos serviços no Município, não é possível neste momento quantificar os passivos diretos e os respetivos encargos decorrentes da internalização dos serviços. Na GEDAZ só no saldo de fornecedores e de outros credores, foi apurado, á priori, o valor de quatro milhões e trezentos e dezanove mil euros (4.319.000,00€) sem no entanto, os revisores de contas terem conseguido apurar com rigor os passivos devido à multiplicidade de fornecedores e outros credores, bem como a multiplicidade de movimentos das respetivas contas correntes. Ainda não temos, portanto, conhecimento das surpresas que daqui vão surgir. Em seguida, temos a questão estranha que assiste na venda de terrenos, contabilizados como proveitos e ganhos extraordinários em 2007, no valor de um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil e novecentos e sessenta euros (1.885.960 €), sem que tenha sido efetuada qualquer escritura. Como foi possível? É um procedimento normal? Mas, o balanço, está inscrito, é o que dizem os Revisores, que foram pagos pelo comprador um milhão e seis mil euros (1.006.000€) a título de adiantamento e os restantes um milhão e quinhentos e oito mil euros (1.508.000€) estão relevados na rubrica outros devedores. Portanto, reportando que o valor da alienação terá sido dois milhões e quinhentos e dez mil euros. (2. 510.000€). Se nem o Auditor de Contas consegue esmiuçar esta tal engenharia, quem serei eu para me atrever agora a aclarar o que quer que seja? Senhor Presidente na sua gestão á frente do Município, ainda acontecem coisas destas, ou porventura se orienta por processos mais lúcidos, mais científicos e mais profissionais de gerir o bem público? O passado, já não nos pertence. Mas as heranças? Aqui ficam, sempre, para os seguintes. E é extremamente injusto manter as velhas políticas de: “Quem vier atrás, que feche a porta.” Em 2013, na análise das contas do exercício, os proveitos e os ganhos apresentaram um ligeiro aumento, de cerca de quinhentos e cinco mil euros (505.000€), em relação a 2012 enquanto os custos tiveram um significativo aumento de cerca de dois milhões duzentos e noventa e dois mil euros (2.292.000€) o que fez com que os resultados, embora positivos, tenham sido muito inferiores aos que se haviam verificado em 2012. Um ponto negativo. A redução do endividamento líquido municipal e da dívida total do município, sendo redução, por si só, já é motivo para aplaudir. Mas, continua a exceder o limite do endividamento legal. Depois, há aqui uma questão, que urge o Senhor Presidente explicar, que é o seguinte: se o prazo médio de pagamentos, conforme aqui já falamos, teve um aumento em 2013, o que indicou que a Autarquia atrasou pagamentos, por outro lado verificou-se no balanço também um aumento das disponibilidades. Porquê este aumento de disponibilidades e uma parte deste dinheiro não ser utilizado para uma diminuição do saldo de fornecedores no final do ano ou, eventualmente, para amortização de dívida? A questão de ultrapassar o limite legal de endividamento, isto tem consequências nas políticas do município e que arrasta por*

consequência também as políticas e o desenvolvimento do nosso Concelho. A consequência imediata do endividamento excessivo arrasta a contração do funcionamento da economia do município e a autarquia deixa assim de cumprir o seu papel de alavanca do desenvolvimento. Ora, sendo Oliveira de Azeméis um dos Concelhos mais dinâmicos de Portugal, interessa potenciar a atividade económica, pelo que esta abordagem deve ser favorecida privilegiando-se atividades e projetos cujo retorno seja mais rápidos para acelerar a desejada diminuição do endividamento. Quanto mais se apoiar atividade económica, mais riqueza é gerada, menos apoios sociais serão necessários, daí resultando uma maior capacidade do Município para exercer a sua verdadeira missão – melhorar a qualidade de vida dos Oliveirenses. Que estratégias, que ideias, que projetos tem o Senhor Presidente e o seu Executivo, para reequilibras as contas do Município? O que é que impede o Município de ser mais rápido na resolução do seu endividamento? – Perguntamos. Como já foi referido, esta análise, terá de voltar a esta Assembleia, daquilo que eu percebi, está prejudicada, pois se as contas de 2013 ainda não foi possível apresentar a consolidação com a GEDAZ, ora, só em junho ficaremos a saber qual foi a situação efetiva das contas de 2013, por comparação com 2012. Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2013: Execução Orçamental, Balanço, Demonstração de Resultados e os Anexos, conjuntamente com o Relatório de Gestão visam dar a conhecer a realidade financeira do Município. Ora, nós, ficamos a conhecer a situação do Município. Quantos às políticas, trataremos de as discutir caso a caso. O Auditor Externo, atesta que: Com exceção dos ajustamentos necessários em face de limitações expressamente indicadas no relatório, que já falei aqui concretamente de duas, a questão da GEDAZ e a questão dos terrenos, na substância e passo a citar: “ as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do município de Oliveira de Azeméis.” O Auditor dá o seu parecer que, a Assembleia aprove o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31-12-2013. Com estes considerandos e atendendo à certificação legal das contas, votaremos em conformidade, seguindo a recomendação do Auditor. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente, eu vou ser, naturalmente, breve tendo em conta as questões que foram colocadas. Há aqui considerações de ordem política e eu, essas, não vou querer, naturalmente, discutir. Eu acho que, quando estamos a falar e estamos a olhar para estas contas, nós temos que perceber. Deixe-me saudar a qualidade das intervenções, naturalmente discordando de algumas intervenções que foram ditas e até da forma como foram ditas. Mas quando olhamos para as questões económicas e, estamos a fazer a análise das contas, às vezes confundimos análises das contas com previsões. Uma coisa é as contas, aquilo que estamos a analisar, hoje, são as contas de 2013. E, quando estamos a fazer essa discussão,

confundimos previsões com contas. Com contas efetivas, como disse o Senhor Deputado Pinto Moreira, devidamente auditadas e certificadas, com as anotações respetivas e com a transparência total e distribuídas a todos os Senhores Deputados Municipais. Agora, foi o Senhor Deputado Bruno Aragão que falou que - “é cansativo dizer sempre a mesma coisa” - foi o termo. E eu, sinceramente, contava, hoje, ver uma coisa diferente ou ouvir uma coisa diferente. Eu vou citar porque, reparem, hoje pouco se falou de investimento. Mas o Senhor Deputado Pais Ferreira, em nome da Bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, faz hoje um ano, disse o seguinte: “ mas de facto a situação do Município continua a ser preocupante e temos que fazer Senhor Presidente todos um esforço no sentido de aumentar o investimento e diminuir a dívida. Isso é que era uma situação excepcional” – disse o Dr. Fernando Pais Ferreira. Eu olho para as contas de 2013: O investimento aumenta 240%. Não é um aumento que não deve ser considerado? E a dívida diminuiu. Porque a dívida em 2012 era de trinta e nove milhões e quinhentos e setenta mil euros (39.570.000€) e em 2013 é de trinta e sete milhões oitocentos e setenta e três mil euros (37.873.000€). E portanto, eu, fazendo o trabalho de casa, lendo o que o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira disse o ano passado: Ou seja, se nós tivéssemos aumentado o ano passado significativamente o investimento e diminuído a dívida, que diminuimos e não aumentamos o investimento, que seguramente tinham votado a favor ou se tinham absterido. Mas a conversa do desinvestimento, foi a conversa do ano passado. O ano passado era: - Está bem. – Há uma redução, mas não há investimento. Este ano, e por isso é que as pessoas começam a ficar cansadas, o argumentário é o mesmo, o resultado é o mesmo, mas este ano há investimento e há redução da dívida. E, não é prudente quando estamos a falar de macroeconomia ou de macro investimentos, não é prudente dizer que os investimentos limitam-se à Área de acolhimento Empresarial e ao Parque do Cercal. Isto é dito assim com esta naturalidade – os investimentos limitam-se a isto. São só, investimentos estratégicos para o desenvolvimento do futuro do nosso Concelho. Estratégicos, tendo em conta as questões de desenvolvimento económico e social que são aqui sempre apregoadas. E portanto nós não podemos agora investir em todo o lado, nem em tudo, é evidente que não podemos. Não podemos, até porque não recursos financeiros para o fazer. O investimento tem de ser criterioso e tem que ser investimento estratégico. E este, deixem-me dizer-vos, é estratégico. Um é em Ul e Loureiro e outro é Santiago de Riba-Ul, fronteira com S. Roque. E são investimentos estratégicos, não é para o Município é para a região. São alavancas para o desenvolvimento. Não se deve menosprezar ou tentar dizer-se que só se fez isto. Porquê? Porque eu podia agora estar aqui meia hora a dizer o que é que foi feito em 2013. Mas os senhores sabem. Portanto, era essa nota que eu gostava de vos dar. Uma outra nota prende-se com o seguinte: Que é também aquela coisa o Município não cumpre, viola, etc. etc. O nosso Município cumpre, reduz a dívida. E se não reduzisse, basta ver aquilo que vem e que é publicado agora, infelizmente, quase diariamente no diário da república que é os municípios que violam a lei. Esses sim ultrapassam os limites de endividamento. Agora, o que acontece no Município de Oliveira de Azeméis é que nos temos vindo, ano a pós ano, a reduzir a nossa dívida. E isso também é

indesmentível. Não vale a pena. Pode-se dizer: “Mas, reduzam mais.”- Ok, mas a redução existe, ela desde 2006, está perto de vinte milhões de euros (20.000.000€). Reduziu todos os anos. O Eng.º Pinto Moreira pergunta: Como é que nós podemos aumentar o ritmo de redução de dívida? Sacrificando o quê, Senhor Engenheiro? – O investimento. Se nós não investirmos tanto, podemos afetar mais verbas à redução da dívida. Mas isto é como a nossa economia, como as nossas contas em casa. E portanto, agora nós temos de perceber e eu também o disse, nós tivemos um aumento de investimento, 2013 foi um ano especial, é verdade - já o disse, assumi e as minhas primeiras palavras foram essas, - ano eleitoral - ano onde em tivemos uma alocação de verbas muito grande naquilo que eu volto a repetir: investimentos estratégicos no Município, que tem a ver com o aproveitamento dos fundos comunitários e com a comparticipação nacional. Ouça, neste momento em Portugal há seis mil milhões de euros (6.000.000.000€) que ainda não foram executados em fundos comunitários. E não foram executados, nem pelas empresas, nem pelos municípios. Porquê? Falta de contrapartida nacional. E nós corremos o risco, Portugal corre o risco de ter que devolver dinheiro a Bruxelas, por não se conseguir ter a contrapartida nacional. E a contrapartida nacional resulta das nossas verbas, das verbas destinadas a investimento. E portanto nós temos de ter aqui a ponderação e o equilíbrio entre procurar reduzir a dívida e também não deixar de fazer investimento. Agora, não podemos fazer investimento em todo o lado e ao mesmo tempo. E portanto eu, para terminar Senhor Presidente, gostava de fazer e de dar o seguinte ênfase: - O Resultado Líquido de 2013 é francamente positivo e anda próximo dos dois milhões de euros (2.000.000€); Nós tínhamos uma dívida total, Senhor Presidente, em 2012, que era de trinta e nove milhões quinhentos e setenta mil euros (39.570.00€) e ela, em 2013, é de trinta e sete milhões oitocentos e setenta e três mil euros (37.873.000€). Isto é indesmentível. - Endividamento líquido municipal em 2012 era vinte e sete milhões duzentos e doze mil euros (27.212.000€); Endividamento líquido municipal em 2013 é de vinte e quatro milhões setecentos e dezassete mil euros (24.717.000€); Endividamento de empréstimos bancários médio e longo prazo em 2012 era de trinta e um milhões novecentos e sessenta e dois mil euros (31.962.000€) e em 2013 é de vinte e oito milhões trezentos e dezassete mil euros (28.317.000€). Isto é indesmentível. E portanto, há redução da dívida total, há redução do endividamento líquido municipal e há redução do endividamento de empréstimos bancários de médio e longo prazo. Relativamente ao investimento: O investimento tem um aumento, de seis milhões cento e quarenta e dois mil euros (6.142.000€), relativamente ao ano anterior. Isto também é indesmentível. Quanto ao prazo médio de pagamentos: Há um aumento naquele que é o nosso relatório de gestão, há um aumento do prazo médio de pagamentos. E temos de ser coerentes e temos de usar aqui os mesmos argumentos que usamos para o endividamento, para a dívida e para o investimento. Mas não posso deixar de vos dizer, uma vez mais e isto são dados oficiais, são dados da DGAL de todos os municípios do país, e estes é que contam, porque quando nos cortam nos fundos no caso de algum dia, espero que nunca nos cortem, mas quando nos cortam nos fundos é nestes dados que se baseiam, é da DGAL, não é do relatório de gestão da Câmara

Municipal e no relatório da DGAL publicado ontem diz que o prazo médio de pagamentos do Município de Oliveira de Azeméis é de 53 dias. Está aqui. Está aqui de todo o país. Eu, só estou a dar a informação, não estou a dizer que não 102 e que é 53. Nós temos de manter a linha de coerência. No nosso Plano, o nosso relatório, ele é feito com outras indicações. Isto já aconteceu também o ano passado e há dois anos que, a esta altura, não batem certo, os valores. Mas, eu não vou aqui demagogicamente estar a agarrar aquilo que a DGAL diz e podia-me agarrar a isso. Não quero fazer também essa situação. Assumimos aqui que há um ligeiro aumento do prazo médio de pagamentos e tudo faremos durante o exercício deste ano para chegarmos aqui no próximo ano e termos estes números melhores do aquilo que temos este ano. Isso é o nosso trabalho. E portanto, respondendo às questões que foram colocadas, dizer precisamente isso: Aquilo que nós queremos é, também, durante este ano, procurar, naturalmente, aumentar o ritmo de redução. Porque esta redução tem existido todos os anos. Dir-me-ão os Senhores:- Mas ela é obrigatória. Sim. Mas ela também é obrigatória para estes 30 municípios que aqui estão e que não cumpriram. E há 30 municípios que ainda viram esta semana no jornal a dizer que se calhar não têm dinheiro para os salários no próximo mês. Nós não estamos nessa situação. A nossa situação está perfeitamente estabilizada. Temos tido um ritmo normal de redução. E é isso que queremos. Se pudermos aumentar esse ritmo de redução? Com certeza. Queremos naturalmente aproximar o mais rapidamente possível das contas resolvidas. Como sabe, o horizonte temporal aponta para 2020. E é nesse trabalho que nós estamos todos motivados e é isso que fazemos todos os dias. Um ano, fazemos melhor, outros vezes, fazemos pior. Um ano, fazemos melhor, outro ano, fazemos pior. Agora, há só uma coisa que eu sinceramente tenho de o dizer, Senhor Presidente, peço-lhe desculpa, eu vou já terminar. Há uma coisa que eu não gosto. Mas isso é um problema meu e eu não queria deixar de partilhar convosco que foi: O Senhor Deputado José Ribeiro, fez a sua análise, fez o seu trabalho de casa, estudou os números mas depois diz aqui uma coisa que é assim: “O Senhor Presidente, ou errou, ou mentiu.” Não gosto de ouvir isso. Portanto considere que em questões financeiras, como o senhor sabe se é da área e da matéria, uma coisa é fazer previsões e outra coisa são os resultados. E sobre previsões, desde o FMI ao Banco Central Europeu, ao Banco de Portugal, ao Dr. Teixeira dos Santos, ou ao Dr. Victor Constâncio estamos todos cheios de previsões. O que importa é depois chegar ao fim e perceber: A dívida aumentou ou reduziu? Reduziu. O endividamento aumentou ou reduziu? Reduziu. Agora, estar aqui a comparar alhos com bugalhos. Pronto, não gosto. Mas percebo e aceito. E também reconheço que fez o trabalho de casa e que apresentou o seu ponto de vista. Agora, diga: - O Presidente errou. – Errou na previsão. Agora, estar a dizer que mentiu, é assim uma coisa que eu não gosto. Paciência. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente agradeço os seus esclarecimentos e dizer que a sua breve intervenção se tornou numa longa explicação, o que naturalmente agradecemos. E dizer também que ficaria seríssimamente preocupado se o meu relatório de contas tivesse 102 dias de prazo médio de pagamento e uma informação oficial tivesse metade. Portanto, o meu relatório diz o dobro, acho isso obviamente preocupante. Acho seriamente preocupante, naturalmente. E depois dizer, - confundir, e desculpe estar a cita-lo, - confundirmos previsões com análises de contas. Vamos ter que nos entender. Se no momento da previsão nós dizemos que a previsão é má, os senhores dizem que é boa. Está nas atas. E portanto nós estamos a criticar. Se no momento da análise das contas, as previsões que eram boas afinal não foram e nós até tínhamos dito. Mas pronto, não tínhamos razão, mas também continuamos a não ter. Se depois no momento da apresentação de contas, os números que vertemos, enfim, também não são verdade. Eu acho que temos que recentrar a questão e falar verdade e o que realmente importa. É verdade, Senhor Presidente, digo-lhe, sem problema nenhum, o Senhor teve um aumento de 240% de investimento. No ano de 2013 a Câmara Municipal teve um aumento de 240% de investimento. É verdade, está no relatório. O que é que não é verdade Senhor Presidente? Não é verdade o Senhor dizer: “até porque não há recursos financeiros para mais investimento”. Então, o Senhor diga, que: de oito milhões de euros (8.000.000€) de investimentos, seis milhões e meio de euros (6.500.000€) foram exatamente para aquelas duas infraestruturas que eu referi. Sem as menosprezar mas, se num ano o seu investimento se esgota aí, naturalmente é grave para o Concelho. Mas então diga que: desse investimento, grande parte são fundos comunitários. E aquilo que nós estamos a dizer, quando referimos que a sua gestão ou a vossa gestão não permite alavancar este Concelho, é a dizer que: A capacidade de investimento com fundos próprios é muito, muito, muito baixa. Nem é pouca. É muito reduzida. E então vejamos: Porque é que é muito muito reduzida? Porque temos uma dívida gigante para pagar. Este é o raciocínio muito simples. Desminta-me se não for este o motivo. E, se temos uma dívida gigante para pagar, consigamos explicar porquê. E digamos assim: - Meus Senhores: Pagamos anualmente quinhentos mil euros (500.000€) em juros; Pagamos anualmente seiscentos e cinquenta mil euros (650.000€) em rendas. E isto já totaliza mais do que o que transferimos para as Juntas de Freguesia. E agora diga-me: Quando tiver vertido no relatório de contas a Concessão de Água e Saneamento, que nos vai tirar uma parte importante de receita, onde é que estará então a nossa capacidade de investimento que agora já quase se esgota nos fundos comunitários? Não é que os fundos comunitários não sejam importantes. Essa não é a questão. Eles são importantes. Mas se a nossa capacidade de gestão se esgota a aí? Bom? É isso que nós estamos a dizer. Muito obrigado. Senhor Presidente, só para retificar relativamente Área empresarial UI / Loureiro, dizer também relativamente a previsões, dos setecentos mil euros (700.000€) que estavam previstos custar os terrenos, neste momento, como os senhores sabem, já estão em dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000€). E portanto também isto são previsões que se vão fazendo, também isto tem

consequências e também a forma como se lidera com o processo tem depois consequências nas contas que agora aprovamos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente apenas para fazer duas referências. No fundo, repisando alguma da informação que aqui foi dita. Mas que, eu creio que é importante fazê-lo, em abono da verdade. E na verdade, também em abono da credibilidade que reconheço e que apregoo ao nosso Presidente de Câmara – Herminio Loureiro. Uma tem a ver com o enviesamento da leitura. Perdoem-me também dizer-lo e tomar também aqui um bocadinho de tempo, curtíssimo, mas que acho que é importante que é de: centrarem esta vossa discussão, vossa – Partido Socialista, mas nossa, na questão da dívida. Não é por acaso que aquilo que a Lei determina é o controlo do endividamento. Esse é que é o alvo de, eventual, punição por parte dos municípios que não cumprem o endividamento e não a dívida. E por uma razão simples. É que o endividamento é o resultado da dívida que o município, ou os municípios, tem para com os seus credores menos a dívida que os seus devedores têm para com o município. Porque este é um fator que os municípios não controlam. E na verdade, este endividamento e era aqui que eu queria chegar, também para falar um pouco para o Engenheiro Pinto Moreira a respeito do ritmo. Há uma questão que é muito importante, eu há pouco referi-a na minha intervenção e aqui reforço-a de uma forma diferente: O Município até ao final de 2013 reduziu o endividamento, e este sim é o que é importante, em vinte e cinco milhões de euros (25.000.000€), desde 2006, sendo neste momento de vinte e quatro milhões de euros (24.000.000€). Este valor está, em 31 de dezembro de 2013, abaixo daquele que o Município em 2007 quando fez o Plano de Saneamento Financeiro previu, para o final de 2013, que era de vinte e cinco milhões de euros (25.000.000€). A Câmara Municipal está a ser capaz de ir mais rapidamente do que previu na altura. E esta é uma questão que de facto é importante esclarecer e é importante reforçar aqui. A questão da dívida, também. E, aqui, sejamos objetivos. Trinta e sete milhões de euros (37.000.000€) contra trinta e cinco milhões de euros (35.000.000€) que o Senhor Presidente anunciou, num documento oficial da Autarquia, algures em agosto/ setembro de 2013. Eu creio que também, e o José Ribeiro como diz que é o homem dos números seguramente percebe isto melhor do que ninguém e seguramente lhe passou despercebido para fazer a afirmação que aqui fez. É que a dívida do Município no final do ano foi de facto de trinta e sete milhões de euros (37.000.000€) mas, a Câmara Municipal tinha em disponibilidades, como disse o Engenheiro (Pinto Moreira), dois milhões e seiscentos mil euros (2.600.000€). A simples operação aritmética de no dia 31 de dezembro ser feito um pagamento pela Câmara Municipal daquele valor que tinha em disponibilidades resultaria numa dívida no fim do ano de trinta e cinco milhões de euros (35.000.000€). E o erro do Senhor Presidente não seria tão grave assim. Creio que fui factual? E penso que, se não perceberam todos, pelo menos o José Ribeiro terá

percebido. Quanto ao prazo médio de pagamentos. E retomando uma discussão feita aqui, á dois meses atrás, e que eu creio também que não pode passar despercebido e que, porventura, justifica a diferença que sempre há de interpretação dos cálculos feitos pela Câmara Municipal com base nas orientações que recebe e as publicações da DGAL, não será alheio também este facto que já aqui referi acerca de dois meses á duas Assembleia Municipais: é que, em 2013, a Câmara, como nunca, teve em dívida vencida, aos seus fornecedores, o valor a rondar os quatrocentos mil euros (400.000€). O valor mais baixo de sempre. O que resulta, efetivamente, aqui sim, o que é relevante para este indicador de prazo médio de pagamento: É que a Câmara Municipal cumpre com aquilo que acorda com os seus fornecedores, muito mais de serem 20, ou serem 30, ou 60 dias. Aliás, a Câmara tem condições e seguramente lança concursos a pagar a 60 dias. E cumpre esses compromissos. Obviamente que, esse cumprimento vai agravar o prazo médio de pagamentos, em relação aos 45 dias que tem comprometidos. Quanto às previsões também e perdoem-me esta achega, mas que eu creio que serão sensíveis a ela também. Obviamente que todos nós trabalhamos para prepara estas Assembleias. E dou os parabéns ao Bruno Aragão e ao José Ribeiro pelo trabalho, que tiveram em casa, dedicado, a preparar esta apresentação para suportar a vossa intervenção. Seguramente que previram que esta apresentação iria auxiliar o vosso raciocínio. Honestamente, a qualidade da, apresentação, visualização não correspondeu à vossa expectativa. Isto acontece. Acontece a vocês, acontece a nós, acontece a toda a gente. Às vezes, prevemos, trabalhamos para aquilo que prevemos e o resultado não é o mesmo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado José Ribeiro, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dr. António Rosa, se as condições não são as melhores. Não temos culpa disso, é o que temos, é o que temos. Quanto ao uso das disponibilidades, já foi aqui perguntado. E o Senhor Presidente não respondeu. E já agora, então, gostaria de saber. É óbvio que eu fiz esse exercício, assim como o auditor o fez em vários pontos. Mas o Senhor Presidente ainda não esclareceu, então, porque é que não usou esse dinheiro para pagar a dívida. Provavelmente faria falta para outra coisa. Por outro lado, quando se congratula com a redução da dívida neste um milhãozinho, dois milhãezinhos; a este ritmo como é que vamos atingir os objetivos em 2020 a reduzir um milhãozinho e pouco por ano? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente as condições não são as melhores, mas já temos feito várias apresentações e sabemos com o que contamos. Terei todo o

gosto, naturalmente, em disponibilizar esta informação porque é pública, é só apenas um resumo, toda ela e tenho a certeza que se a vir com mais atenção não poderá dizer outra coisa que não aquilo que lá está. E novamente, Senhor Presidente, permita-me o esforço de recentrar a questão e a discussão. Não é o endividamento que nós pagamos. O que nós pagamos todos os anos e que nos custa juros é dívida. O endividamento está abaixo do que estava previsto? Sim senhor. Mas não é isso que nós pagamos. Não é isso que nos custa quinhentos mil euros (500.000€) de juros. Não é isto que nos dificulta o investimento no concelho, como já expliquei há bocado. Eu acho que é isto que é preciso estar muito claro. Mais uma vez, recentrando a questão: Nós não pagamos o endividamento; Nós pagamos a dívida, efetivamente. Obrigado. =

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto quatro:** Certificação legal das contas do Município – Parecer do Revisor/auditor externo – conhecimento e apreciação; =====

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do município, para conhecimento e apreciação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A Assembleia apreciou e tomou conhecimento da referida informação. =====

===== **Ponto cinco:** Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2013;

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da

contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; 7- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativas ao ano de 2013, com a seguinte votação: Votos a favor - dezassete do PSD, três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; Votos contra - doze do PS; Abstenções – cinco dos Presidentes de Junta do PS. =====

===== **Ponto seis:** Proposta de aplicação do Resultado líquido do Exercício de 2013 – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 1.952.253,30 Euros. Propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 97.612,67 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 1.854.640,63 Euros que seja transferido para Resultado Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: Votos a favor - dezassete do PSD, três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; Votos contra - doze do PS; Abstenções – cinco dos Presidentes de Junta do PS. =====

===== **Ponto sete:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2013 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =

===== Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficar arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto oito:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2013 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação;* =====

===== *Para cumprimento do artigo 12º da Lei nº 43/2012 foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Assembleia apreciou o referido documento.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer:* =====

===== *Como eu disse há bocado e para fazer face a este Regimento, já passa das 24 horas.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente foi colocado à votação a continuidade dos trabalhos, tendo Assembleia deliberou por unanimidade a sua continuação.* =====

===== **Ponto nove:** *Contrato Interadministrativo de Apoio de Cooperação Financeira a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, no âmbito da candidatura do Centro Associativo de Nogueira do Cravo - Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, de 16 de janeiro de 2014, com o assunto “Pedido de Participação Casa das Associações de Nogueira do Cravo”; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - O estatuído e ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro: “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1942/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Em face do exposto, propõe-se: A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, nos termos e condições*

ali estabelecidas, - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Trata-se de um apoio da Câmara Municipal às candidaturas que são efetuadas por entidades públicas ou por IPSS's a programa comunitários, neste caso concreto da ADRITEM e portanto estamos a falar do Centro Associativo de Nogueira do Cravo. Havia um compromisso da Câmara Municipal de também participar com uma parte nesta mesma obra e é isso que nós vimos aqui trazer à Assembleia Municipal, portanto, uma participação até ao valo de vinte e nove mil novecentos e oitenta e três euros e oitenta e dois cêntimos (29.983.82€) que corresponde a 15% do valor elegível. Aqui, uma pequeníssima justificação. Não é 20% como é habitual porque aqui a fonte de financiamento da ADRITEM também foi superior aquilo que é normal e portanto é para ficarmos num registo de equilíbrio com os apoios que temos dado a outros projetos comunitários. Muito obrigado, Senhor Presidente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de: Agostinho Tavares – Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Agostinho Tavares – Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.* =====

===== *Registo o empenho do Senhor Presidente da Câmara em resolver esta questão. Embora que na nossa opinião, de aflição, tenha sido um bocadinho lenta. De todas as maneiras, agradeço publicamente o seu empenho. Queria também aproveitar para dizer que o Centro Associativo vai acolher uma série de Associações de Nogueira do Cravo (suponho que seis) e uma delas é a Escola de Ciclismo Bruno Neves. Aproveito a ocasião para deixar aqui um convite, público, em nome da Escola, para participarem no dia 14 de junho no IV Trofeu Concelhio de Oliveira de Azeméis e no dia 15 no VI Memorial Bruno Neves. Aqui, também, é público e sabe-se que a Câmara Municipal tem uma forte colaboração nestas duas provas. Queria também realçar aqui duas figuras da Escola de Ciclismo. Não descurando com certeza a importância das outras associações que existem na terra e nomeadamente na União de Freguesias que são 16 associações e como toda a gente sabe as associações são o motor vivo das próprias terras. E portanto, sem descurara a importância das outras, queria fazer aqui um destaque especial à Escola de Ciclismo até porque, neste momento, é a associação que no concelho projeta mais o concelho no concelho e projeta a nível internacional (fora de portas) o*

concelho de Oliveira de Azeméis e especificamente a freguesia de Nogueira do Cravo. Queria dar aqui um pequeno registo, uma pequena história, do Ciclismo em Nogueira do Cravo. Como todos sabem quando se fala de ciclismo, obrigatoriamente fala-se da freguesia de Nogueira do Cravo. E queria remontar ao ano de 1990, na 52ª Volta a Portugal, em que Paulo Silva carregou a camisola amarela durante uma semana consecutiva. Este foi um feito que mais nenhum ciclista da freguesia, embora houvessem outros bastante conhecidos na modalidade nomeadamente o Bruno Neves, no entanto, este foi o maior feito no ciclismo com um cidadão Nogueirense. Presto aqui homenagem, pública, ao Paulo Silva e ao seu irmão José Augusto Silva que neste momento são os motores da dinâmica da Escola Bruno Neves. Sendo eles profissionais do ciclismo. Sendo eles muito conhecedores dos meandros das provas que esta modalidade exige. Sendo o José Augusto Silva na sua carreira ocupado também o papel de treinador de equipas de nome do ciclismo nacional. E também para dizer que o VI Memorial Bruno Neves traz, ao Concelho de Oliveira de Azeméis e especificamente a Nogueira do Cravo, também equipas de renome internacional que toda a gente conhece. Portanto, deixo aqui um registo público de dinâmica desta Associação, não descurando como disse a dinâmica de outras associações de que todos nós somos conhecedores. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração do contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira coma União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, no âmbito da candidatura do Centro Associativo de Nogueira do Cravo. =====

*===== **Ponto dez:** Atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo – Projeto de modernização administrativo – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - foram celebrados protocolos de Modernização Administrativa, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 108/2001 com as freguesias; - por deliberação do órgão executivo de 27 de janeiro de 2009 foi atribuída comparticipação financeira às Freguesias de Cesar, Loureiro, Macinhata da Seixa, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, Palmaz, Pindelo, Santiago de Riba Ul e S. Roque; - a referida comparticipação às Freguesias seria efetuada mediante apresentação do comprovativo da respetiva execução, o que não aconteceu com a Freguesia de Nogueira do Cravo; - a Freguesia de Nogueira do Cravo só apresentou o comprovativo da execução em novembro de 2013; - em 30 de setembro de 2013 entrou em vigor o novo o Regime Jurídico das Autarquias Locais – Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se: Face ao estatuído no novo regime jurídico e às circunstâncias acima mencionadas, que os respetivos órgãos municipais mantenham a atribuição e apoio financeiro ao projeto mencionado, no valor de € 1 840,00 (mil oitocentos e quarenta euros), à agora União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, a transferir no mês de Abril; - Seja remetido à

Assembleia Municipal para efeitos e ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes da comparticipação estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 2213/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. Estamos a falar de um apoio, para modernização administrativa, no valor de mil oitocentos e quarenta euros (1.840,00€). Houve aqui algumas dificuldades do ponto de vista processual (alguns papeis) e estão ultrapassados e estamos em condições de aprovar e de pagar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto onze:** Passeio dos Idosos realizados em 2013 – Atribuição de apoio financeiro – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da concessão de apoio financeiro à realização do Passeio dos Idosos; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; e ”apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do n.º 1 art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; - Os documentos remetidos pela União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail; Juntas de Freguesia de Cucujães, Macieira de Sarnes e Cesar e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, dentro do prazo estabelecido e satisfazendo os critérios, proponho: 1 - Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio de Idosos realizado em 2013, às Freguesias acima mencionadas, no total de € 13 010,00 (treze mil e dez euros), conforme abaixo discriminado:

<i>Freguesias</i>	<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>N.º Idosos Idade> =65 anos</i>	<i>Valor Despesa</i>	<i>Apoio a atribuir</i>

União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail	06/09/2013	Viana Castelo	139	€ 3 671,81	€ 1.390,00
Cucujães	07/09/2013	Braga - Sameiro	709	€ 23 240,00	€ 7.090,00
Macieira de Sarnes	14/06/2012	Lamego	129	€ 3 000,00	€ 1 290,00
	12/06/2013	Miranda do Douro.	128	€ 3 999,99	€ 1280,00
União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz	22/05/2013	Nazaré/Fátima	97	€ 950,00	€ 950,00 €
Cesar	30/05/2013	Batalha	101	€ 1 319,59	€ 1.010,00

2 – Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado em Junho de 2014; 3 – Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos pelo orçamento, nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromissos de fundo disponível os n.ºs 2133, 2134, 2135, 2136 e 2137 de 2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. 4 - Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Também estamos a tratar dos apoios que regulamentarmente são atribuídos aos passeios de idosos nas diversas freguesias. Feita a tramitação processual, estamos em condições de aprovar o passeio: da União das Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago/ Ul/ Macinhata da Seixa e Madail a Viana do Castelo, no valor atribuído de mil trezentos e noventa euros (1.390,00€), a Braga e Sameiro; da Freguesia de Cucujães, no valor sete mil e noventa euros (7.090,00€); da Freguesia de Macieira de Sarnes a Lamego e Miranda do Douro; da União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta /Travanca e Palmaz a Nazaré/Fátima e, à Batalha, da Freguesia de Cesar. Portanto isto dá, tenho aqui só

por parcelas, mas anda á volta dos doze mil euros (12.000.00€) o apoio que estamos em condições de aprovar em sede de Assembleia Municipal relativamente ao apoio financeiro ao passeio dos idosos.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** Fornecimento de refeições e fruta aos alunos do 1.º Ciclo e Jardim-de-Infância do concelho – Autorização de assunção de compromissos plurianuais e autorização de repartição de encargos; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para “fornecimento de refeições e de fruta para alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do concelho, para o ano letivo de 2014/2015” (setembro 2014 a julho 2015), com possibilidade de prorrogação/renovação por igual período (ano letivo 2015/2016: setembro 2015 a julho 2016), nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 346 (I/32454/2014); - Que, conforme do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, compete às câmaras municipais “deliberar sobre a criação, manutenção e administração de refeitórios escolares (...)” destinados às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do então denominado ensino primário e do ciclo preparatório. Mais recentemente, o Ministério da Educação tem promovido a generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, iniciativa a que o Município tem vindo a aderir em prol da população escolar que se encontra a frequentar aquele grau de ensino. Finalmente, há que ter em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, o qual tem por objeto a transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. São nomeadamente transferidas para os municípios atribuições ao nível do fornecimento de refeições escolares. Assim, com este procedimento, pretende-se contratar serviços de fornecimento de refeições, convenientemente confeccionadas e distribuídas, em concordância com o Regulamento da Higiene dos Géneros Alimentícios, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro e o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 com as respetivas alterações e demais legislação em vigor, a entregar nos refeitórios escolares, de modo a assegurar uma alimentação completa, equilibrada e adequada

às necessidades da população escolar do pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, segundo princípios preconizados nas normas de alimentação definidas pelo Ministério da Educação e na observância das normas gerais de higiene alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios. - Que, o fornecimento de fruta enquadra-se na Estratégia Nacional do Regime de Fruta Escolar, e propõe-se contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Decorre do previsto na Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro, que regulamenta a aplicação das medidas previstas no Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, e no Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de abril, e respetivas alterações. - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA) e ainda à duração do mesmo (superior a 20 dias, uma vez que o período de vigência da prestação de serviços ocorre durante o ano letivo 2014/2015, com possibilidade de prorrogação/renovação por igual período), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que à natureza e ao objeto da aquisição de serviços se verifica a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, conforme informação prestada pelo INA (E/11267/2014); - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é, no que concerne à componente refeições: EUR 652.301,28 (seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e um euros e vinte e oito cêntimos), que corresponde a um valor, por período letivo, de EUR 326.150,64 (trezentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta euros e sessenta e quatro cêntimos). No que concerne à componente fruta o valor é de EUR 40.320,00 (quarenta mil, trezentos e vinte euros), que corresponde a um valor, por período letivo, de EUR 20.160,00 (vinte mil, cento e sessenta euros). Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. - Que, no que respeita à componente refeições, por ser um procedimento com o mesmo objeto de contrato vigente em 2013, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 12%, nos termos do estatuído no n.º 1 e 2, do artigo 73º, da LOE 2014, passando o preço base do procedimento apresentado (EUR 652.301,28) a ser de EUR 574.414,56 (quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e catorze euros e cinquenta e seis cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; Assim, o valor global do procedimento é de EUR 614.734,56 (seiscentos e catorze mil, setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), que corresponde a um valor de EUR 307.367,28 (trezentos e sete mil, trezentos e sessenta e sete euros e vinte e oito cêntimos), para cada ano letivo. Para o ano letivo 2014/2015, a verba será distribuída do seguinte modo: para o ano de 2014 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de EUR 113.924,16 (cento e treze mil,

novecientos e vinte e quatro euros e dezasseis cêntimos) e para o ano de 2015 (janeiro a julho) prevê-se uma verba de EUR 193.443,12 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e três euros e doze cêntimos). Na eventualidade de renovação a distribuição a considerar será nos mesmos montantes já descritos. Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2014 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 688, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 923; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços para “fornecimento de refeições e fruta para alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do concelho, para o ano letivo de 2014/2015, com possibilidade de prorrogação/renovação por igual período (ano letivo 2015/2016)”. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; - submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos aqui a tratar, conforme o Senhor Presidente disse, do parecer prévio por causa dos compromissos plurianuais. Como sabe, é uma obrigatoriedade de ordem legal, isto ultrapassa o ano civil e portanto temos que abrir estes procedimentos atempadamente e tem que ter a autorização da Assembleia Municipal pela razão que eu acabei de dizer (de ser mais que um ano). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais e autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico, para o fornecimento de refeições e fruta aos alunos do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho. =====

===== **Ponto treze:** Plano Municipal da Cultura – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Cultura assume atualmente um importante papel preponderante, quer no desenvolvimento cultural, social e económico das comunidades, quer na formação pessoal e profissional e no entretenimento e lazer; - A importância da criação de um documento estratégico que abranja uma visão e um plano de gestão integrada de todos os projetos que concretizem a política cultural municipal; - Que em 27 de maio de 2010, foi constituído um grupo de trabalho com a missão de efetuar o diagnóstico, o levantamento, o relatório e finalmente a elaboração do projeto de plano municipal da cultura; - Que entretanto: a) Se procedeu à adequação da estrutura orgânica municipal (em cumprimento do art.º 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto), e aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços, em reunião de Câmara Municipal de 4 de dezembro de 2012 e sessão extraordinária de Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012; b) Em reunião do Órgão Executivo de 21 de dezembro de 2012, foi aprovado o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Matricial e Flexível, que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; c) Ocorreu a reorganização administrativa territorial autárquica (pela Lei n.º 22/2012, de 30.05; Lei n.º 56/2012, de 08.11; Lei n.º 11-A/2013, de 28.01; e Lei n.º 81/2013, de 06.12), passando a integrar este município, doze freguesias; - Que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: património, cultura, tempos livres e promoção do desenvolvimento (alínea e), f) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se: - A aprovação do Plano Municipal da Cultura, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que se remeta à Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1, alínea k) do n.º2 do art.º 25º conjugado com a alínea a) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I, do diploma atrás citado.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente não querendo ser exaustivo mas, se calhar assim ganhamos tempo e qualidade na apresentação do ponto, apesar de já passar da meia-noite e a Senhora Vereadora Dr.ª Gracinda Leal já estar um bocadinho cansada, se o Senhor Presidente autorizar ela podia fazer a apresentação do ponto. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora Dr.^a Gracinda Leal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Boa noite. Este documento resultou de um trabalho entre diversos serviços da Câmara Municipal e pretende, pretendeu e pretende, ser um documento estratégico para a área Cultural. Resulta também de um conjunto de ações desenvolvidas, nomeadamente o levantamento de equipamentos e projetos existentes, da auscultação das coletividades e instituições nos diferentes territórios do nosso município, da auscultação dos nossos munícipes através de inquéritos e também através de um período de sugestões públicas. O Plano Municipal da Cultura prevê um conjunto de metas a atingir, assentes em 4 grandes eixos fundamentais: Primeiro eixo - a área das Artes, Espetáculos e Atividades Lúdicas; Segundo eixo - Arqueologia, Museus e Património; Terceiro eixo - Arquivos; Quarto eixo - Bibliotecas. Em cada um dos eixos há determinadas medidas, relativamente às Artes temos seis medidas assim como para a área de Arqueologia, Museu e Património. Na questão dos Arquivos e Bibliotecas temos dez medidas, cada uma das medidas tem também uma série de itens e tarefas para atingirmos essas metas. Sendo um instrumento de planeamento estratégico, define orientações a longo prazo também a nível cultural do nosso Município. E pretende ser um instrumento orientador, mas também um instrumento que nos permita fundamentar possíveis futuras candidaturas no novo quadro comunitário. É constituído por dois volumes, está devidamente constituído por vários anexos e retrata realmente o panorama e as metas que queremos ver atingidas nos próximos vinte anos.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Ana Sofia, do PS e Carlos Costa Gomes, do PSD.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Sofia, do PS.* =====

===== *Boa noite a todos. Desde já, um feliz dia do Trabalhador. Tentando ser o mais breve possível, dado o adiantado da hora, a pergunta que se impõe é: O que é a Cultura? É, conhecimento, arte, costumes, hábitos, tradições, música, literatura, história e podíamos continuar. A Cultura mostra sobretudo a identidade de um povo. E regozijamo-nos. Chegou finalmente ao nosso Município um Plano Municipal da Cultura. Um documento importante que tenta demonstrar uma visão estratégica de toda a Cultura dos Oliveirenses e a todos os Oliveirenses. Sorte a nossa que, através do espírito empreendedor das nossas gentes, ao longo dos últimos anos, várias associações e coletividades foram espalhando pelos quatro cantos do nosso país e não só a nossa identidade Oliveirense. Sorte a nossa que, alguns do nosso povo foram se interessando pela descoberta e pelo estudo dos nossos patrimónios do concelho. Refere o Plano Municipal da Cultura e referiu aqui a Dr.^a Gracinda, que o mesmo é fruto de*

envolvimento de cidadãos anónimos e das entidades promotoras da cultura. Espero que não se tenham esquecido dos Presidentes de Junta. Eles, melhor do que ninguém, conhecem as suas gentes, o seu eleitorado, o anseio das suas associações e coletividades e sabem e querem também que esta visão estratégica passe pelas suas freguesias. Falar de cultura em Oliveira de Azeméis e não referir o cineteatro Caracas é esquecer o único espaço imponente onde essa cultura que por cá se fala tem sido levada a cabo. Quem não conhecer o cineteatro Caracas e ouve falar dele: Julga-o um espaço adequado a receber os seus eventos e um lugar onde a cultura acontece diariamente. Pois bem, desenganem-se, esse lugar de cultura foi em tempos esquecido. Infelizmente. Hoje, está também subaproveitado. Retirando os espetáculos do Ciclo da Primavera que se reduz a um, ou dois, ou três, ou quatro, durante os primeiros meses do ano e alguns espetáculos realizados por coletividades e associações do concelho, a sala de espetáculos do cineteatro Caracas está vazia continuando a degradar-se com muita pena nossa. Mais, é importante saber que a nossa história concelhia remonta também à Idade do Bronze, coisa que eu descobri ao longo destes últimos anos. Artefactos e escavações arqueológicas foram sendo descobertos, em todo o nosso território do concelho. Quanto a esta situação, relembro o triste e lamentável episódio do Castro de Ossela, um boicote total a aquilo que somos e que fomos sobretudo. Saibam pois que outro atentado ao património está a surgir, mas desta vez, no Castro Calvo, em Cesar. Ali, apesar de existir a qualificação de património arqueológico, parece que o domínio e o interesse privado são muito mais fortes e relevantes. O que foi feito por este município após a denúncia feita no início este mês? Certo que, se calhar, enviaram alguns elementos ao local, para verificar e que estão a aguardar que as entidades competentes também se pronunciem sobre o assunto. Mas é urgente pôr cobro a esta situação. Sabemos então que o Plano Municipal da Cultura é um documento de larga relevância, que mostra a nossa identidade e a identidade própria de cada Oliveirense e a identidade coletiva e que não pode ser relegado para segundo plano face aos interesses privados. É certo que é um documento muito importante. E regozijamo-nos por isso, já o tinha referido. E nesse sentido, o voto da Equipa do PS vai a favor. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Boa noite. Para dizer também ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora que nós congratulamo-nos com este Plano Municipal da Cultura. E para dizer que a Cultura é ter acesso ao conhecimento e ao mais saber. A Cultura deve exercer influência na sociedade e nos cidadãos. E aos cidadãos cabe, não apenas ser só consumidores de cultura, mas também promotores de cultura, submetendo a cultura, sempre, a uma avaliação crítica dentro da atividade cívica, mas também da atividade propriamente política. Temos aqui, como foi dito já, um Plano de Cultura, e que eu subscrevo inteiramente as palavras da colega que acabou de ter a sua intervenção. Mas também dizer que este Plano de Cultura foi entregue e foi proposto a

todos os Presidentes de Junta. Todos os Presidentes de Junta foram convidados para participar no levantamento da Cultura local, da história, de tudo aquilo que as juntas de freguesia tinham disponível. Pelo que me foi dado a ver, no Plano de Cultura, lamentavelmente a minha Freguesia não participou nessa intervenção e nessa auscultação. Mas, maioritariamente, todas as Freguesias e os Presidentes de Junta tiveram conhecimento deste Plano de Cultura e deste pedido de intervenção da Autarquia no desenvolvimento deste Plano. Enfim, nem todos participaram. Por isso, Senhora Vereadora, as minhas palavras são as palavras de regozijo, aclamação, pelo trabalho exposto nesta Carta Cultural. E dizer também uma palavra a toda a equipa técnica que desenvolveu arduamente um trabalho extenso, intenso, exaustivo e escrito em 619, (620), páginas. Dizer ainda que, também estamos atentos à questão do Castro em Cesar e que, está é uma boa possibilidade e uma boa ferramenta de trabalho para sensibilizar até as pessoas que desconhecem esta situação. E certamente, não estar aqui advogar nem a defender, creio até que esta iniciativa foi realizada mais por falta de conhecimento e sensibilidade para a questão. De qualquer maneira, este trabalho que é um trabalho de alargamento a todo o Município, como a Senhora Vereadora já disse, ao nível de Arqueologia, Museus, Património histórico local, Arquivo e Biblioteca. É um trabalho que nos merece o maior respeito. E por isso, o PSD só tem a congratular-se por esta iniciativa e pelo trabalho desenvolvido. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Plano Municipal da Cultura. =====

*===== **Ponto catorze:** Proposta de adesão do Município à Energy Cities – Autorização;=*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- A Energy Cities é uma associação de municípios Europeus em transição para um novo paradigma energético e que, desde a sua fundação, se compromete com o desenvolvimento de políticas energéticas sustentáveis e com a partilha de conhecimento e boas práticas junto dos seus associados. Atualmente, esta rede de cidade é composta por mais de mil membros de 30 países; § A Energy Cities é responsável pela gestão do CoMO – Covenant of Mayors Office, o movimento Pacto de Autarcas, que envolve autarquias locais e regionais que voluntariamente se empenham no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios. Através do seu compromisso, os Signatários pretendem atingir e ultrapassar o objetivo da União Europeia de reduzir o CO2 em 20% até 2020; - Desde a sua génese, a Energaia representa o Município de Vila Nova de Gaia como associado da Energy Cities, o que permitiu potenciar um conjunto de projetos significativos, assim como manter um ponto de contacto privilegiado com a criação de conhecimento e de rede, ao nível Europeu, fundamental para a criação de novos projetos neste domínio; - A Energaia desenvolveu um processo negocial com a Energy Cities que permite que todos os municípios associados da Energaia possam ser associados desta rede por um valor mais apelativo, repartindo entre eles o

valor da quota anual paga anteriormente apenas pelo Município de Vila Nova de Gaia, perfazendo um valor de 625€ por Município por ano, propõe-se a adesão do Município à Energy Cities com o pagamento de 625€ de quota anual. Após submeta-se a aprovação pela Assembleia Municipal para efeitos do disposto na al.n) do n.º 1 e als. a), b) e k) do n.º 2 do art.º 25º - anexo I, da Lei 75/2013, de 12/09 (e posteriores alterações).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, estamos a falar da participação com uma quota anual de seiscentos e vinte e cinco euros (625,00€) de um movimento que tem a ver com o pacto dos Autarcas, naquilo que são os objetivos do ponto de vista ambiental, nomeadamente na redução do CO2 conforme já aqui foi falado há pouco na questão da ferrovia. Isto vem na sequência e por sugestão da nossa participação na Energaia que é a Agência de Energia que trata as questões relativamente a esta matéria a sul do Douro e portanto a necessidade do Município integrar esta associação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão do Município à Energy Cities. =====

===== **Ponto quinze:** Deliberação de desafetação de domínio público municipal de 27m2 na Rua da Vidigueira e aceitação da reconfiguração e ampliação de área cedida para domínio público (16,9m2) na Rua do Freixo, ambas na freguesia de Loureiro; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o exposto no I/21940/2014, e os elementos constantes na flh 85 do PI/7740/2013 (E/9260/2014), propõe-se que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/13, seja remetida para deliberação da Assembleia Municipal a proposta de desafetação do domínio público municipal de 27 m2 na Rua da Vidigueira, e aceitação da reconfiguração e ampliação de área cedida para domínio público na Rua do Freixo em 16,9 m2.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é, basicamente, e está ali o Senhor Presidente da Junta de Loureiro que conhece isto melhor do que ninguém, a necessidade que temos de desafetação do domínio público nesta via tem a ver com, questões antigas e com a necessidade de se fazer um

alinhamento por propriedades contiguas. E o proprietário, não tem possibilidades de o fazer porque, esta questão, na altura quando foi feito o loteamento tinha que fazer o muro mais atrás. E o que acontece agora, só para se perceber, do ponto de vista da continuidade dos muros, o proprietário só pode fazer esta situação se nós desafetarmos do domínio público este bocado de terreno. Basicamente é para corrigir esta questão e tornar aquilo mais bonito e também resolver ali um problema que existe.=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a desafetação de domínio público municipal de 27m² na Rua da Vidigueira e aceitação de reconfiguração e ampliação de área cedida para domínio público (16,9m²) na Rua do Freixo, na freguesia de Loureiro.*=====

===== **Ponto dezasseis:** *Nomeação de um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Oliveira de Azeméis.*=====

===== *“Considerando: - O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 20/2009, de 13 de março, no qual é definido o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios; - O n.º 2 do artigo 3.º-B do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que estabelece que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) tem como principais atribuições: a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica; b) Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios que defina as medidas necessárias para o efeito, e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional de ordenamento florestal (PROF); c) Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional (AFN) (atualmente designada por Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução; d) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal; e) Desenvolver ações de sensibilização da população; f) Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, dota-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança; g) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida*

e eficaz por parte dos meios de combate; h) Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência; i) Colaborar na divulgação de avisos às populações; j) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento de Fogo controlado; k) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta contra incêndios. - O n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 20/2009, de 13 de março, que define que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) deverá ter a seguinte composição: a. Presidente da Câmara Municipal, ou seu representante, que preside; b. Um presidente da Junta de Freguesia, designado pela respetiva Assembleia Municipal; c. Um representante da Instituto de Conservação da Natureza e Conservação da Natureza (ICNF); d. Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., nos concelhos que integram áreas protegidas (não aplicável ao Concelho de Oliveira de Azeméis); e. Um elemento das estruturas de comando dos corpos de bombeiros existentes no concelho; f. Um representante da Guarda Nacional Republicana (GNR); g. Um representante da Polícia de Segurança Pública (não aplicável ao Concelho de Oliveira de Azeméis, uma vez que esta Força de Segurança não está representada no Município); h. Um representante das Organizações de Produtores Florestais (OPF); i. Outras entidades e personalidades, a convite do Presidente da Câmara Municipal. - A realização de Eleições Autárquicas em 2013, e a Reorganização administrativa do Território das Freguesias, propõe-se: - A constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) de Oliveira de Azeméis. - Que sejam contactadas as entidades mencionadas de seguida, no sentido de nomearem os seus representantes: Instituto de Conservação da Natureza e Conservação da Natureza (ICNF); Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários: Corporação de Oliveira de Azeméis e Fajões; Guarda Nacional Republicana (GNR): três Postos Territoriais existentes no Concelho de Oliveira de Azeméis; Organização de Produtores Florestais (OPF): Associação Florestal do Entre Douro e Vouga (AFEDV); Outras entidades: Cruz Vermelha de Cucujães, uma vez que esta entidade integrou a Comissão Municipal de Defesa da Floresta anteriormente existente; - Seja submetido à consideração da Assembleia Municipal, a nomeação de um representante da Junta de Freguesia, a integrar a CMDF.” ==

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Bruno Aragão, do PS =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Só para dizer que chegamos a um consenso e vamos propor o Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca, porque a própria

freguesia justifica e penso que um bocadinho o raciocínio das três Bancadas (PSD; PS e CDS/PP). =====

===== *A Assembleia Municipal nomeou para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Oliveira de Azeméis o Senhor Armindo Fernando Martins Nunes – Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca.* ==

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Francisco Manuel Leite da Silva.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Francisco Silva.* =====

===== *Como o Regimento nem sempre é cumprido e faço esse aparte também inicialmente: Li um ponto do Regimento, em que o público não podia intervir porque o Regimento não o permite e só no fim e que às 24 horas seria suspensa e a Assembleia tinha que se pronunciar. Passou das 24 horas e só depois é que foi proposto continuar ou não. Normalmente é a hora que o Regimento diz e é para ser cumprido dessa forma. Aquilo que me trás aqui, ou que me trouxe aqui era um ponto e vou dividir – (Já agora gostaria de saber o tempo, são 5 minutos, que o Regimento permite?) – em duas partes: Uma realmente social e a outra se calhar política. A social tem a ver com: Isto parece-me um prospeto de propaganda política, mas vem datado de 28 de fevereiro de 2014, assinado por Senhor Presidente da Câmara – Herminio Loureiro. Não sei se se recorda de ter enviado isto? Veio, para as caixas de correio, em março. Tem a ver com fornecimento de água e saneamento. Eu até a alguns anos atrás residi e tenho residência num concelho vizinho e por motivos familiares também tenho que residir agora no concelho de Oliveira de Azeméis numa das vossas freguesias. E tenho algum apreço até por Oliveira de Azeméis, parte dos meus estudos foram feitos cá. Lamento que em pleno século XXI e não sei até que ponto o Senhor Presidente conseguiria viver ou se vive também numa destas freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis sem ter fornecimento de água, que é um bem essencial para um ser humano conseguir sobreviver, e sem saneamento. Porque, os esgotos têm de ir para algum lado? Não havendo saneamento, pergunto eu – O que é fazemos? Quando se fala realmente aqui em tantos milhões e um investimento tão grande e a entrega de uma concessão por 30 anos, ou seja, a Câmara Municipal deixa de ter voz ativa naquilo que se irá fazer ao longo destes 30 anos, porque quem ganhou a concessão num concurso internacional é que irá decidir o que é que vai fazer ou não. Pergunto eu, até quando é que residentes no concelho de Oliveira de Azeméis terão de esperar? Se até ao final destes 30 anos? Ou se, mesmo assim, estes 100% que estão aqui propostos são para acreditar? Porque*

tive conhecimento também porque já estava na altura em que se candidatou ao primeiro mandato.... Senhor Presidente, eu estou a falar. E suponho eu, não sei se tem? É que as mulheres, têm essa dupla faceta, conseguem fazer duas coisas ao mesmo tempo, ou três ou quatro. Os homens estão comprovados que não. Portanto, o Senhor, ou consegue ouvir-me a mim, ou consegue ouvir quem está ao seu lado. Portanto, já ouvi dizer que normalmente não responde às intervenções do público. Pronto, é lamentável, também, isso. Porque, se esta casa é a casa da democracia, se esta casa é a representação dos munícipes, se há intervenção dos munícipes, merecem uma resposta. Mas, tudo bem. Não ouviu a minha pergunta. É lamentável. A segunda parte da minha intervenção leva agora mais para a parte política. Ouvi aqui falar muito de dívida, e dívida, e dívida e parece que a dívida vem desde dos tempos dos “Velhos do Restelo.” Mas suponho eu que não vem. Suponho eu que vem, de quem está agora no poder. Os senhores do PSD é que fizeram esta dívida, não foi mais ninguém. Porque desde o 25 de Abril, de há 40 anos para cá, foram os senhores que tiveram o poder nesta terra. E foram os senhores que foram levando o destino desta terra até quase ao abismo em que estava e que se calhar ainda está. Era só isso. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== A morada, não quer dar? É que, o Regimento, não é isso que diz. É que o Senhor é tão zeloso no cumprimento do Regimento e agora é o primeiro a falhar. Meus Senhores, muito boa noite, um bom fim-de-semana e um bom 1º de Maio. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 00 horas e 55 minutos do dia 01 de maio, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====